

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE DIREITO

LÍDIA PEREIRA DREHER

**O MODELO DE DIPLOMACIA ASIÁTICO E SUA INFLUÊNCIA NA ESTRATÉGIA
DOS BRICS PARA UM SISTEMA INTERNACIONAL MULTIPOLAR**

Porto Alegre

2015

LÍDIA PEREIRA DREHER

**O MODELO DE DIPLOMACIA ASIÁTICO E SUA INFLUÊNCIA NA ESTRATÉGIA
DOS BRICS PARA UM SISTEMA INTERNACIONAL MULTIPOLAR**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Especialista em Direito Internacional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini

Porto Alegre

2015

Dreher, Lídia Pereira

O modelo de diplomacia asiático e sua influência na estratégia dos BRICS para um sistema internacional multipolar / Lídia Pereira Dreher. -- 2015.

57 f.

Orientador: Paulo Gilberto Fagundes Visentini.

Trabalho de conclusão de curso (especialização)-- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Direito, Curso de Especialização em Direito Internacional, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Modelo de diplomacia asiático. 2. BRICS. 3. Multipolaridade. I. Visentini, Paulo Gilberto Fagundes, orient. II. Título.

RESUMO

A presente pesquisa tem o objetivo de estudar o modelo de diplomacia asiático e sua influência na estratégia dos BRICS para o estabelecimento do sistema internacional multipolar. Para tanto, apresentam-se as principais características do modelo de diplomacia asiático e seu impacto na política internacional. Analisa-se o sistema hierárquico do período de 1300 a 1900; os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica e os postulados da Conferência de Bandung, da década de 50; bem como os primeiros reflexos da Conferência. Também se examina a representatividade dos países em desenvolvimento pelos BRICS. Para isto, são abordados os temas da globalização, da crise de 2008 e dos BRICS; os reflexos da Conferência de Bandung na atualidade, com a retomada dos princípios de Bandung pelos países em desenvolvimento; e, por fim, os pontos do modelo asiático que têm sido usados nos discursos dos países dos BRICS para o sistema multipolar.

Palavras-chave: Modelo de diplomacia asiático. BRICS. Multipolaridade.

ABSTRACT

This research aims to study the model of Asian diplomacy and its influence on the BRICS's strategy towards a multipolar international system. Therefore, this research presents the main characteristics of the Asian model and its impacts on the international politics. It analyzes the hierarchical system during the period of 1300-1900; the Five Principles of Peaceful Coexistence and the principles of the Bandung Conference in the fifties; and the first consequences of this Conference. Also, this study examines the representativeness of developing countries by the BRICS. Thus, it shows the globalization, the 2008's crisis and the BRICS group; Bandung's repercussion nowadays and the recall of its principles by the developing countries; and, finally, the main topics of the Asian model that have been used in the speeches of the BRICS countries towards a multipolar system.

Keywords: Model of Asian diplomacy. BRICS. Multipolarity.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	05
2	O MODELO DIPLOMÁTICO ASIÁTICO: PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS E INFLUÊNCIA NA POLÍTICA INTERNACIONAL.	08
2.1	O SISTEMA HIERÁRQUICO NA ÁSIA	09
2.2	OS CINCO PRINCÍPIOS DA COEXISTÊNCIA PACÍFICA E A CONFERÊNCIA DE BANDUNG	13
2.3	OS PRIMEIROS REFLEXOS DA CONFERÊNCIA DE BANDUNG: O NEUTRALISMO, A NOVA ORDEM ECONÔMICA INTERNACIONAL (NOEI) E A RELAÇÃO SUL-SUL	17
3	OS BRICS: REPRESENTATIVIDADE DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO E A ESTRATÉGIA PARA A MULTIPOLARIDADE	23
3.1	A GLOBALIZAÇÃO, A CRISE DE 2008 E OS BRICS.....	23
3.2	OS REFLEXOS DA CONFERÊNCIA DE BANDUNG NA ATUALIDADE: A RETOMADA DOS PRINCÍPIOS DE BANDUNG PELOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO	28
3.3	DISCURSOS DOS PAÍSES DOS BRICS: PONTOS DO MODELO ASIÁTICO PARA O SISTEMA MULTIPOLAR	31
4	CONCLUSÃO	44
	REFERÊNCIAS	48
	ANEXO A – Final Communiqué of the Asian-African Conference of Bandung (24 April 1955)	51
	ANEXO B – Quadro comparativo	56

1 INTRODUÇÃO

O atual panorama do ordenamento internacional é de crise e de transição, o qual passa por uma fase decisiva, diante da consolidação de alguns países do chamado Sul Global como atores relevantes em foros internacionais.

Os BRICS, por exemplo, têm desempenhado um importante papel de reivindicação política nas deliberações mundiais, defendendo os interesses dos países em desenvolvimento, bem como o reordenamento do sistema vigente, visando à multipolaridade.

Além disto, o ressurgimento de antigas civilizações como potência mundial, como a China, tem provocado discussões sobre o futuro do sistema internacional, questionando-se se seria o fim da hegemonia estadunidense, com o eixo hegemônico do poder global se deslocando do Ocidente para o Oriente, ou se isto significaria um direcionamento do sistema ao mundo multipolar.

Neste sentido, observa-se que os Estados periféricos, em geral, têm se posicionado a favor da multipolaridade. O que se mostra interessante, neste aspecto, é que as propostas dos países em desenvolvimento têm se baseado em um padrão de diplomacia que encontra raízes em postulados do modelo oriental. Assim, ainda que o país não pertença, geograficamente, ao Oriente, sua política externa terá grande influência de alguns pontos do modelo diplomático asiático.

Deste modo, dentre as diversas questões que envolvem a matéria do reordenamento do sistema global, examina-se, especificamente, neste trabalho, o modelo diplomático oriental e a sua repercussão na estratégia dos BRICS – esses como representantes dos países em desenvolvimento-, para a consolidação da multipolaridade.

Nota-se, portanto, que este tema é, extremamente, atual, até porque há uma forte inserção da China nas relações econômicas internacionais, sendo que o modelo em questão tem influído, diretamente, no sistema mundial – inclusive, reiteradas vezes, sendo utilizados alguns dos postulados pelos países dos BRICS, de forma atualizada-.

É fundamental, também, observar que, neste ano (2015), são comemorados os sessenta anos da realização da Conferência de Bandung, devendo se relembrar a importância histórica deste evento, cujos efeitos se perpetuam até hoje, refletindo-se no modelo atual. A referida Conferência constitui um marco histórico das relações internacionais por ter consagrado a emergência do Terceiro Mundo, uma terceira via política no período da Guerra Fria, capaz de promover a cooperação política, econômica e cultural entre os países periféricos, que trouxe consequências para a atualidade.

Diante disto, o primeiro capítulo do trabalho discorre sobre as principais características do modelo asiático e sua influência na política internacional.

Para a contextualização do tema, inicia-se o trabalho examinando o sistema hierárquico na Ásia durante o período de 1300 a 1900 (2.1), que, em geral, foi mais estável do que na Europa, por causa das suas particularidades.

Também são apresentados os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica e a Conferência de Bandung (2.2), da década de 50, que são as características mais marcantes do modelo de diplomacia asiático, sendo reafirmadas pelos países em desenvolvimento até hoje.

Abordam-se, ainda, os primeiros reflexos da Conferência de Bandung (2.3), os quais ocorreram nos anos seguintes à Conferência e que influenciaram a política internacional, quais sejam: o Neutralismo, a Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI) e a Relação Sul-Sul.

No segundo capítulo, examinam-se os BRICS, a representatividade dos países em desenvolvimento pelos membros deste grupo e a estratégia para a multipolaridade.

Para tanto, faz-se uma breve revisão sobre a globalização, a crise de 2008 e os BRICS (3.1), lembrando este momento histórico mais recente, bem como o surgimento dos BRICS e suas reivindicações.

Também são averiguados os reflexos da Conferência de Bandung na atualidade e a retomada dos seus princípios pelos países em desenvolvimento (3.2), como o respeito à soberania e à integridade nacional, o não-intervencionismo, a coexistência pacífica de diferentes sistemas, a cooperação entre os Estados do Sul Global, entre outros.

Ainda, analisam-se os discursos dos países dos BRICS e os pontos do modelo asiático para o sistema multipolar (3.3). São apreciados, especialmente, os discursos proferidos pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, na VI Cúpula dos BRICS, realizada em Fortaleza, no ano passado (2014).

Por fim, pondera-se sobre a influência do modelo diplomático asiático na estratégia dos países em desenvolvimento, especialmente dos BRICS, bem como sobre a reafirmação dos postulados lançados em Bandung para se alcançar a igualdade e o respeito entre os Estados, o desenvolvimento sustentável e a coexistência pacífica, em defesa dos interesses dos países da periferia mundial e em busca do estabelecimento de uma nova ordem mundial multipolar.

2 O MODELO DIPLOMÁTICO ASIÁTICO: PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS E INFLUÊNCIA NA POLÍTICA INTERNACIONAL

Inicialmente, observa-se que muitas análises das relações internacionais asiáticas partem exclusivamente do ponto de vista ocidental, de modo que a percepção da realidade e o resultado das pesquisas acadêmicas podem se mostrar distorcidos.

A hegemonia temporária da civilização ocidental sobre a oriental alterou nosso ponto de vista sobre o passado, fazendo com que a visão seja unilateral. Devido ao fato de que o mundo tem sido dominado pelo Ocidente por pouco menos de dois séculos - um curto espaço de tempo, diante da eternidade -, o Ocidente tem se considerado o foco da história mundial¹.

A tentativa de aproximação da perspectiva asiática é, portanto, fundamental para o exame do presente tema, a fim de que o resultado da pesquisa seja o mais próximo da realidade.

O modelo de diplomacia asiático é caracterizado, principalmente, pelo sistema de hierarquia (1300-1900), pelos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica (1954) e pelos postulados de Bandung (1955).

Assim, para o entendimento do assunto, os principais pontos do modelo diplomático oriental que serão analisados neste capítulo são: (2.1) o sistema hierárquico e a estabilidade na Ásia; (2.2) os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica e a Conferência de Bandung; (2.3) os primeiros reflexos da Conferência de Bandung: o Neutralismo, a Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI) e a relação Sul-Sul.

¹ WERTHEIM, W.F. Early Asian Trade: an appreciation of J.C. Van Leur. *Far Eastern Quarterly* (1954) apud KANG, David C. **China Rising**: peace, power and order in East Asia. Nova Iorque: Columbia University Press 2007.

2.1 O SISTEMA HIERÁRQUICO NA ÁSIA

A Ásia Oriental era relativamente estável até a intrusão das potências ocidentais, no século XIX, existindo poucos conflitos entre os países daquela região até então. Aliás, durante o período de 1300 a 1900, pode-se dizer que a Ásia era mais estável que a Europa, diante da ausência de guerras entre os países orientais e a continuidade das fronteiras no período².

Em que pese o panorama anárquico das relações internacionais entre os Estados asiáticos naquele momento, obteve-se estabilidade devido a um sistema de práticas culturais, desenvolvido entre os países através dos séculos. Diante do contexto de anarquia, as relações internacionais asiáticas acabavam reforçando a necessidade de hierarquia entre os países.

No sistema hierárquico daquela época, a China era o país central, sendo os outros países seus submissos. Enquanto a hierarquia fosse respeitada, não existia necessidade de guerra entre os países.

Para uma breve análise da diferença entre a ordem oriental (hierarquia formal e igualdade informal) e a ordem ocidental (igualdade formal e hierarquia informal), toma-se, como exemplo, o padrão das relações internacionais durante o período de 1300 a 1900, no qual houve mais estabilidade na Ásia do que na Europa. Nesta época, pela perspectiva chinesa, o mundo consistia em: uma nação civilizada (China) e os “bárbaros” (os outros países). Enquanto os bárbaros se curvassem (*kowtow*) ao imperador chinês e demonstrassem obediência formal, não haveria necessidade da China invadir outros países para tanto. O poder era exercido, basicamente, pelo pagamento de tributos dos países periféricos para o país central, sendo enviados representantes de um país submisso para as missões tributárias na China. O ato de se curvar ao poder chinês, no entanto, não envolvia muita perda de independência, uma vez que os países inferiores tinham liberdade de gestão em

² KANG, David C. Hierarchy and Stability in Asian International Relations. In: IKENBERRY, G John; MASTANDUNO, Michael (Org.). **International Relations Theory and the Asia-Pacific**. Nova Iorque: Columbia University Press, 2003. p. 169.

âmbito interno e externo, podendo manter relações com quem eles quisessem, independentemente da China³.

Este modelo oriental era exatamente o oposto do modelo ocidental das relações internacionais. O Ocidente, tradicionalmente, tem como princípio a igualdade formal entre os Estados, mas, na prática, há uma hierarquia informal e constantes conflitos entre os países. Já o Oriente tem como fundamento a hierarquia formal, que, na prática, resulta em uma igualdade informal entre os Estados.

Segundo David Kang⁴, o sistema hierárquico se difere do sistema vestfaliano em, basicamente, quatro características: (a) na hierarquia, os países periféricos aderem ao poder central com objetivo de obter vantagens⁵; (b) o sistema hierárquico é mais estável do que o sistema vestfaliano em tempos bons, mas mais caótico em tempos ruins; (c) o poder material é a base da hierarquia, mas outros fatores ainda são importantes; (d) no sistema hierárquico, há pouca interferência do Estado central nos assuntos dos países periféricos.

O sistema hierárquico consegue se manter estável e a ordem é preservada através de benefícios e sanções do Estado central aos Estados periféricos. A manutenção das boas relações entre estes países assegura transações comerciais e tecnológicas, trazendo prosperidade aos países submissos. No entanto, caso a hierarquia seja confrontada, o Estado central pode se utilizar da força para restaurar a ordem, de forma que o próprio país que confrontou o poder central teria seus interesses prejudicados.

Além disto, o Estado central, em tempos bons, consegue manter a ordem e diminuir os conflitos entre os países periféricos, já que cada Estado sabe seu lugar no sistema hierárquico, sendo as situações de conflito evitadas. Por outro lado, em

³ Nota-se, aí, a teoria da adesão em troca de benefícios. Ser um país submisso ao poder central tinha suas vantagens, como, por exemplo, o envio de tropas por parte da China ao Vietnã para combater os franceses (1865), à Coréia para lutar contra Hideyoshi (1592), ao Tibet para impedir a invasão do Nepal (1800). Reconhecer a China como o país dominante trazia maiores benefícios militares, políticos e econômicos aos países submissos.

KANG, David C. *Hierarchy and Stability in Asian International Relations*. In: IKENBERRY, G John; MASTANDUNO, Michael (Org.). **International Relations Theory and the Asia-Pacific**. Nova Iorque: Columbia University Press, 2003. p. 171.

⁴ Ibidem, p. 167-168.

⁵ Kang cita a teoria da preponderância do poder (preponderance-of-power), de Randall Schweller, na qual se afirma que um Estado preponderante não precisa lutar, assim como um Estado menor não deseja lutar. Um Estado periférico pode aderir ao poder do Estado central com vista a obter alguma vantagem, em vez que ir contra o poder devido a questões de segurança (bandwagoning for profit x balancing for security), ao contrário do que usualmente é pensado.

Ibidem, p. 167-168.

tempos ruins, é mais fácil que o sistema seja muito menos estável do que no sistema vestfaliano, pois, neste caso, há uma ruptura hierárquica⁶.

Enquanto no sistema hierárquico oriental os confrontos ocorriam com um intervalo de séculos, na Europa, eram recorrentes. As crises asiáticas aconteciam devido à ruptura do poder central, sendo que, após as guerras, havia pouca ou nenhuma mudança nas fronteiras asiáticas, ao contrário da Europa.

As normas comuns de conduta entre os Estados, estabelecidas através da prática e do costume, no sistema hierárquico, têm importante papel para diminuir problemas relacionados à segurança, bem como para estreitar a comunicação e relacionamento entre os Estados envolvidos⁷. Pode-se exemplificar como norma de conduta o fato dos países periféricos reconhecerem suas posições de dominância e submissão, o que legitima o poder central. Assim, com o reconhecimento e legitimação do poder central, por parte dos países periféricos, não se instaura rivalidade entre os Estados. Ao contrário: o país dominante respeita a soberania e autonomia dos países periféricos, até mesmo porque não parece interessante para o poder central intervir nos assuntos internos dos outros países, bastando somente a manutenção da sua posição de dominância.

Somente a partir do século XIX, com a intrusão dos poderes do ocidente, é que houve o enfraquecimento deste sistema asiático, a quebra do sistema hierárquico e a iniciativa do Japão em se tornar a hegemonia regional. As guerrilhas e as lutas contra os colonizadores ocidentais, aliadas às Guerras Mundiais e à Guerra Fria, acabaram alterando o dinamismo da Ásia, afastando o sistema de hierarquia.

Entretanto, atualmente, tem-se afirmado que o sistema hierárquico está reemergindo na Ásia. Segundo Kang, baseando-se nas práticas atuais, pode-se afirmar que há um compartilhamento cultural entre os países orientais, existindo uma

⁶ A legitimação do poder e a ruptura têm fundamento no confucionismo.

⁷ Segundo KANG, o estabelecimento e obediência a estas normas culturais vão ao encontro da Teoria do Jogo (James Fearon), pois, sabendo das regras do jogo, os Estados podem acertar diversas questões entre si, estabelecendo, até mesmo, novas normas - inclusive em nível diplomático-

KANG, David C. Hierarchy and Stability in Asian International Relations. In: IKENBERRY, G John; MASTANDUNO, Michael (Org.). **International Relations Theory and the Asia-Pacific**. Nova Iorque: Columbia University Press, 2003. p.168.

hierarquia implícita em ascensão, havendo indícios de que a Ásia permanece mais hierárquica do que igualitária⁸, ao contrário do ocidente⁹.

Seja o país asiático tido como capitalista ou comunista, os modelos de desenvolvimento destes países são semelhantes entre si e compartilham dos mesmos interesses. Como o modelo oriental tem sido atacado, frequentemente, pelo Ocidente¹⁰, os Estados orientais acabam proferindo o mesmo discurso e alinhando políticas para a resistência ao Ocidente, sendo que a China desempenha um forte papel de representar o modelo asiático na atualidade¹¹. Dentre os postulados da diplomacia oriental, estão os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica, que influenciaram a posição adotada na Conferência de Bandung e, conseqüentemente, os países não-alinhados, o Movimento Neutralista e a Nova Ordem Econômica Internacional.

Acrescenta-se que o atual modelo asiático também é caracterizado pelo seguinte¹²: (a) a legitimidade dos dirigentes políticos tem como base a eficácia do governo; (b) existe um contrato social entre a população e o Estado, em que a lei e a ordem são oferecidas em troca de respeito à autoridade; (c) a autoconfiança é desenvolvida nos trabalhadores, sem excessos de benefícios dados pelo Estado; (d) a imprensa deve ser livre, mas responsável; (e) deve ser rejeitado o excesso de individualismo ocidental em favor dos direitos da comunidade; (f) os direitos

⁸ Conforme Kang, isso explicaria três problemas que o realismo não consegue explicar: (a) por que o Japão encontra limitações ao tentar se estabelecer como uma grande potência?; (b) por que os países asiáticos reagem de forma diferente dos Estados Unidos quanto à questão Taiwan?; (c) por que o Vietnã e a Coréia não se posicionam contrariamente à China (questão relacionada, principalmente, com a dificuldade dos Estados Unidos conseguirem coalizão contra a China)?.

Para maior aprofundamento do conteúdo, ver KANG, David C. *Hierarchy and Stability in Asian International Relations*. In: IKENBERRY, G John; MASTANDUNO, Michael (Org.). **International Relations Theory and the Asia-Pacific**. Nova Iorque: Columbia University Press, 2003. p. 174-182.

⁹ Kang afirma que as relações entre os Estados Unidos e a América Latina se baseiam na hierarquia, com os mesmos ritos: líderes estrangeiros vão até a capital dos Estados Unidos se “curvar” (*kowtow*) e utilizar as expressões corretas que legitimam o poder central (como “democracia” e “capitalismo”), de forma a obter os benefícios oferecidos pelos Estados Unidos (negócios, ajuda, proteção). Aduz que os países latino-americanos têm autonomia nas suas relações exteriores, enquanto respeitada a superioridade e os interesses estadunidenses (doutrina Monroe).

Ibidem, p. 183-184.

¹⁰ Especialmente pelos EUA, que alegam que os modelos político-econômicos são autoritários e estatistas, que existe trabalho escravo e violação aos direitos humanos em alguns dos países asiáticos, que há uma crise mundial devido à invasão dos produtos chineses, etc.

¹¹ O fim do ciclo colonial pelas forças ocidentais na Ásia está diretamente vinculado à reincorporação de Hong Kong (1997) e Macau (1999), tendo os demais Estados orientais o reconhecimento de que isso não seria possível sem a China.

VISENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. **As Relações Diplomáticas da Ásia: Articulações Regionais e Afirmação Mundial (Uma Perspectiva Brasileira)**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011. p. 76-77.

¹² Ibidem, p. 71.

humanos são considerados universais e abrangentes, abarcando aspectos econômicos, sociais, culturais, civis e políticos, de forma indivisível, ao contrário do Ocidente, que os encara pela ótica individual; (g) é respeitada a soberania e não ingerência nos assuntos internos de outro Estado.

Tendo em vista esta breve exposição sobre o sistema hierárquico na Ásia, é possível se observar que a hierarquia foi uma maneira de organizar as relações entre Estados em um panorama até então anárquico, e que, ao contrário do senso comum, a hierarquia acabava promovendo a igualdade entre os países. Atualmente, há estudos que indicam que o sistema hierárquico está ressurgindo, o que pode ser constatado pelo forte papel da China em representar o modelo asiático nos foros internacionais, modelo que adota também os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica e os postulados de Bandung.

2.2 OS CINCO PRINCÍPIOS DA COEXISTÊNCIA PACÍFICA E A CONFERÊNCIA DE BANDUNG

Na década de 50, aconteceram eventos históricos que marcaram a humanidade, como a derrota francesa na Indochina, a Guerra da Coreia, a questão nuclear, a corrida espacial, a Revolução Cubana, dentre outros. O cenário internacional pós Segunda Guerra Mundial era eurocêntrico; logo, os interesses dos países que estavam sob o domínio colonial eram ignorados.

Neste contexto histórico, realizou-se, em 1955, a Conferência de Bandung, na Indonésia, na qual participaram 29 países da África e da Ásia¹³, estando presentes personalidades do mundo todo¹⁴.

¹³ Afeganistão, Arábia Saudita, Birmânia (Mianmar), Camboja, Ceilão (Sri Lanka), China (República Popular), Costa do Ouro (Gana), Egito, Etiópia, Filipinas, Índia, Indonésia, Iraque, Irã, Japão, Jordânia, Laos, Líbano, Libéria, Líbia, Nepal, Paquistão, Síria, Sudão, Tailândia, Turquia, República Democrática do Vietnã (Norte), República do Vietnã (Sul) e Iêmen.

CONFERÊNCIA DE BANDUNG. **Final Communiqué of the Asian-African conference of Bandung**. 24 abr. 1955. Disponível em: <www.CVCE.eu>. Acesso em: 10 mai. 2015.

¹⁴ O Brasil enviou à Conferência de Bandung o diplomata Adolpho Justo Bezerra de Menezes como observador. A partir deste momento, o diplomata começou a defender a reorientação afro-asiática da diplomacia brasileira, tendo escrito, em 1958, a obra “O Brasil e o Mundo Aso-Africano”, que se consolidou em uma importante política externa independente.

SARAIVA, José Flávio S. (Org.). **História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização**. 2. ed. São Paulo: Editora Saraiva/IBRI, 2007, p. 221.

A Conferência foi uma mobilização anticolonialista dos povos dominados, contrários à grande dependência que eles tinham dos polos de poder colonizadores, e é considerada como um marco da organização política dos países do Terceiro Mundo.

O Presidente Sukarno, chefe de Estado da Indonésia, abriu o evento com o seguinte discurso¹⁵:

Todos nós, estou certo, estamos unidos por coisas mais importantes do que aquelas que superficialmente nos dividem. Estamos unidos por uma repulsa comum ao colonialismo sob qualquer forma que ele se apresentar. Estamos unidos por uma repulsa comum ao racismo. E estamos unidos por uma determinação comum de preservar e estabilizar a paz no mundo (...).

Falando em termos relativos, todos os que estamos reunidos aqui somos vizinhos. Praticamente todos estamos unidos pela experiência comum do colonialismo. Muitos de nós temos a mesma religião. Muitos de nós temos as mesmas raízes culturais. Muitos de nós, as assim chamadas nações subdesenvolvidas, temos problemas econômicos similares, de modo que cada um pode aproveitar a experiência do outro e ajudar. E eu penso que devo dizer que todos partilhamos os ideais comuns de independência nacional e liberdade. (...)

A luta contra o colonialismo tem sido longa; vocês sabem que hoje é o aniversário de uma data importante dessa história? Pois bem, em 18 de abril de 1775, Paul Revere deslocou-se à meia-noite através das áreas rurais de Nova Inglaterra para anunciar a aproximação das tropas britânicas e informar sobre o início da guerra de Independência Americana, a primeira das guerras anticoloniais da história.

Conforme Beatriz Bissio¹⁶, a referência aos Estados Unidos como o primeiro país protagonista da luta contra o colonialismo não era aleatória:

Fazia-se necessário deixar claro que a posição anti-imperialista dos presentes não os impedia de separar o povo dos Estados Unidos, que tinha escrito uma bela página da história da Humanidade, de um governo que, naquele momento, para muitos deles, representava uma ameaça às suas aspirações de liberdade e autodeterminação.

Em 1954 tinha sido declarada ilegal pela Suprema Corte dos EUA a segregação escolar, mas a total revogação das chamadas *Leis de Jim Crow* – um conjunto de leis estabelecidas pelos estados sulistas, em vigor desde

¹⁵ BISSIO, Beatriz. **A Conferência de Bandung e sua atualidade: do Anticolonialismo à Cooperação Sul-Sul**. Porto Alegre, 2015. *Slides* apresentados no “Painel 1: A Conferência de Bandung e a formação do Terceiro Mundo”, durante o seminário “A Conferência de Bandung e sua atualidade: do Anticolonialismo à Cooperação Sul-Sul”, realizado pelo Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT), Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA) e Curso de Especialização em Estratégia e Relações Internacionais Contemporâneas. Apoio: Instituto Confúcio-UFRGS e ISAPE, em 2 jun. 2015.

¹⁶ *Ibidem*.

as últimas décadas do século 19, que exigiam instalações separadas para brancos e negros nos locais públicos, incluindo o transporte - ainda estava longe de ser uma realidade para os afrodescendentes dos Estados Unidos. Esse conjunto de leis só viria a ser completamente revogado em 1964.

Apesar das enormes diferenças sociais, econômicas, políticas e culturais entre os países participantes desta “reunião do Terceiro Mundo”, todos eles tinham algo em comum: a dificuldade de firmar a própria existência no sistema internacional¹⁷.

Nesta reunião, buscou-se a formação da identidade e soberania das nações dependentes (ou recém-independentes) em reação ao colonialismo e à bipolaridade da Guerra Fria. É importante salientar que esta Conferência foi realizada por iniciativa dos próprios países do Terceiro Mundo para tratar, exclusivamente, de assuntos que lhes diziam respeito, a fim de se buscar alternativas para a solução dos seus próprios problemas, confrontando o Ocidente através do processo de descolonização.

Em 24 de abril de 1954 (um ano antes da Conferência), ocorreu uma reunião que foi fundamental para a formação do espírito de Bandung, quando o Primeiro-Ministro chinês, Chu Enlai, em viagem à Índia, e o Primeiro-Ministro indiano, Jawaharlal Nehru, assinaram um acordo que estipulava as principais propostas do que seria um não-alinhamento. Este acordo estabeleceu os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica - adaptados do *Pancha Shila* budista -, caracterizando-se como um pacto de não-beligerência entre os países asiáticos, a fim de se assegurar a paz.

¹⁷ BISSIO cita Richard Wright: "Os desprezados, os insultados, os feridos, os despossuídos, em suma, os oprimidos da raça humana estavam reunidos. Aqui classe, consciência racial e consciência religiosa estavam representadas em escala global. Quem tinha pensado em organizar tal encontro? E o que tinham estas nações em comum? Nada, pareceu-me, salvo aquilo no passado, a relação com o mundo ocidental tinha lhes feito sentir. Esta reunião dos rejeitados era em si uma espécie de julgamento do mundo ocidental".

BISSIO, Beatriz. **A Conferência de Bandung e sua atualidade: do Anticolonialismo à Cooperação Sul-Sul**. Porto Alegre, 2015. Slides apresentados no “Painel 1: A Conferência de Bandung e a formação do Terceiro Mundo”, durante o seminário “A Conferência de Bandung e sua atualidade: do Anticolonialismo à Cooperação Sul-Sul”, realizado pelo Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT), Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA) e Curso de Especialização em Estratégia e Relações Internacionais Contemporâneas. Apoio: Instituto Confúcio-UFRGS e ISAPE, em 2 jun. 2015.

Estes princípios influenciaram diretamente a Conferência de Bandung e representam, até hoje, um padrão para as relações internacionais, sendo a base da diplomacia asiática contemporânea.

São eles:

Quadro 1 – Os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica

- | |
|--|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Respeito mútuo da integridade territorial e da soberania dos países 2. Não-agressão mútua 3. Não intervenção em assuntos internos de um país por parte de outro 4. Igualdade e benefícios recíprocos 5. Coexistência pacífica entre Estados com sistemas sociais e ideológicos diferentes |
|--|

Fonte: Kang (2008)¹⁸

A Conferência de Bandung, realizada um ano depois, teve como inspiração os Cinco Princípios acima referidos e, também, a Carta das Nações Unidas.

Os dez princípios de Bandung são:

Quadro 2 – Os dez princípios expressos na Declaração de Bandung

- | |
|--|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Respeito aos direitos humanos fundamentais e aos objetivos e princípios da Carta das Nações Unidas 2. Respeito à soberania e integridade territorial de todas as nações 3. Reconhecimento da igualdade de todas as raças e a igualdade de todas as nações, grandes e pequenas 4. A abstenção de intervir ou de interferir nos assuntos internos de outro país 5. O respeito ao direito a defender-se de cada nação, individual ou coletivamente, em conformidade com a Carta da ONU 6. A abstenção do uso de pactos de defesa coletiva a serviço de interesses particulares de quaisquer das grandes potências 7. A abstenção de todo país de exercer pressões sobre outros países 8. Abster-se de realizar atos ou ameaças de agressão, ou de utilizar a força contra a integridade territorial ou a independência política de qualquer país 9. A solução pacífica de todos os conflitos internacionais, em conformidade com a Carta da ONU 10. A promoção aos interesses mútuos, à cooperação e o respeito à justiça e às obrigações internacionais. |
|--|

Fonte: Declaração de Bandung (1955)¹⁹

¹⁸ KANG, David C. **China Rising**: Peace, Power, and Order in East Asia. Nova Iorque: Columbia University Press, 2007. p. 130.

Assim, verifica-se que os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica tiveram grande contribuição ao sistema internacional, pois exerceram influência na Conferência de Bandung, consolidando o atual modelo de diplomacia asiático. Conseqüentemente, influíram também no Movimento Neutralista, no Movimento dos Países Não-Alinhados (1961) e na Nova Ordem Econômica Internacional dos anos 70.

2.3 OS PRIMEIROS REFLEXOS DA CONFERÊNCIA DE BANDUNG: O NEUTRALISMO, A NOVA ORDEM ECONÔMICA INTERNACIONAL (NOEI) E A RELAÇÃO SUL-SUL

A Conferência de Bandung, realizada em 1955, foi uma reunião dos países escanteados do sistema daquela época, que significou uma ruptura com o sistema vigente e deixou um importante legado histórico.

A partir deste evento, abriram-se portas para a participação dos países do Terceiro Mundo em foros internacionais, com o estabelecimento de uma nova agenda mundial. A Conferência de Bandung, além de outros resultados alcançados, promoveu um aumento no número de países menos poderosos participantes no sistema internacional, com a alteração da correlação de forças.

Com a Conferência de Bandung, foi se construindo a identidade dos países do Terceiro Mundo. Apesar das grandes diferenças culturais, político-ideológicas, econômicas e sociais entre estes países, as bandeiras levantadas eram as mesmas, como o não-alinhamento (repúdio aos blocos militares da Guerra Fria), a descolonização e o desenvolvimento econômico.

Em síntese, os três principais tópicos discutidos em Bandung foram: a luta contra o colonialismo, a neutralidade e a busca do desenvolvimento econômico²⁰.

¹⁹ CONFERÊNCIA DE BANDUNG. **Final Communiqué of the Asian-African conference of Bandung**. 24 abr. 1955. Disponível em: <www.CVCE.eu>. Acesso em: 10 mai. 2015. Vide Anexo A.

²⁰ KOCHER, Bernardo. **De Bandung a Bagdá: Cinquenta Anos de História e Economia Política do Terceiro Mundo**. In: **Anais Eletrônicos do XI Encontro Regional de História**. Rio de Janeiro,

Pode-se dizer que a luta contra o colonialismo foi exitosa porque houve o processo de independência das ex-colônias. A descolonização se deu em três movimentos²¹: inicialmente na Ásia Oriental, fortemente marcada por conflitos na região, onde teve luta contra os japoneses, culminando em ideias mais radicais (socialistas ou nacionalistas); depois, no mundo árabe, com as revoluções nacionalistas republicanas laicizantes; por fim, na África, marcada por confrontos internos contra as colônias europeias.

Com o avanço da descolonização, aproximadamente, uma centena de países ingressou na Organização das Nações Unidas nas duas décadas seguintes, o que, evidentemente, acabou alterando a correlação de forças dentro da organização.

Segundo Saraiva²², um dos principais fatores da conformação da bipolaridade dos anos 50 e 60 foi este processo de descolonização das nações afro-asiáticas e a multiplicação repentina do número de Estados soberanos:

A politização ampliada dos organismos multilaterais foi uma consequência natural das vontades de participação daqueles países, em igualdade jurídica com as chamadas nações fortes, as ex-metrópoles e as próprias superpotências.

Saraiva sustenta, ainda, que a posição estadunidense na Ásia, durante a Guerra Fria, foi menos hegemônica devido, principalmente, às atuações da China e da URSS na região, mas também por causa das articulações dos movimentos neutralistas e anti-intervencionistas²³.

No que toca à neutralidade, os países afro-asiáticos – que não queriam se alinhar aos blocos militares da Guerra Fria - adotaram a posição neutralista perante os blocos de poder a fim de que pudesse se alcançar um dos principais objetivos da Conferência: a independência das novas nações perante as antigas potências mundiais.

ANPUH-RJ, 2004, p. 7. Disponível em: <http://www.rj.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=305>. Acesso em: 01 jun. 2015.

²¹ Conforme Saraiva, a maioria das independências realizadas no período foi alcançada através de negociação pacífica.

SARAIVA, José Flávio S. (Org.). **História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização**. 2. ed. São Paulo: Editora Saraiva/IBRI, 2007, p. 223.

²² Ibidem, p. 214.

²³ Sobre estas articulações, Saraiva afirma que “a guerra fria começava, enfim, a esfriar”. Ibidem, p. 211.

Esta postura neutralista não pode ser interpretada como um ato de alienação ou de indiferença pelos países do Terceiro Mundo²⁴. Muito pelo contrário: esta conduta faz com que a Conferência de Bandung seja considerada o marco do rompimento com a bipolaridade da Guerra Fria e seus blocos militares por parte dos países colonizados. O neutralismo é considerado uma grande realização da Conferência²⁵ e significa a vontade de participação efetiva nas deliberações políticas, em âmbito mundial, por parte dos países até então marginalizados na ordem internacional²⁶. A partir de então, estes Estados começaram a ter mais voz ativa e reconhecimento nos foros internacionais.

O neutralismo, ainda, influenciou diretamente no Movimento dos Países Não-Alinhados²⁷, criado em 1961, na Conferência de Belgrado, para fins de organização dos postulados de Bandung. O Movimento dos Países Não-Alinhados buscou criar alternativas à bipolaridade da Guerra Fria, para constituir uma “terceira força” na política mundial. Um dos principais objetivos era impulsionar a diplomacia e a negociação nos conflitos internacionais em oposição ao uso da força militar²⁸.

No que tange ao desenvolvimento econômico, este tem sido tema recorrente nas reuniões dos Estados do Terceiro Mundo até a atualidade. As Conferências de Bandung, Belgrado e Genebra são consideradas os mais importantes eventos dos

²⁴ Segundo Bernardo Kocher, tentaram fazer do neutralismo uma postura sem eficácia política, tendo sido até mesmo atacado pelo Secretário de Estado dos EUA John Foster Dulles: “o neutralismo é imoral”.

KOCHER, Bernardo. **De Bandung a Bagdá: Cinquenta Anos de História e Economia Política do Terceiro Mundo**. In: **Anais Eletrônicos do XI Encontro Regional de História**. Rio de Janeiro, ANPUH-RJ, 2004, p. 3. Disponível em: <http://www.rj.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=305>. Acesso em: 01 jun. 2015.

²⁵ Apesar disto, um dos principais problemas enfrentados pelo Movimento Neutralista foi o fato de que os países do conflito bipolar (EUA e URSS, do primeiro mundo; e seus aliados, do segundo mundo) tinham imensa capacidade material e poder de influência sobre o sistema internacional, muito mais que os países do Terceiro Mundo. Por outro lado, o Terceiro Mundo tinha, abundantemente, matérias-primas, produção agrícola e imenso contingente populacional, que poderiam ser usados favoravelmente ao bloco dos não-alinhados.

Ibidem, p. 6.

²⁶ O que foi chamado por Abdel Nasser, ex-Presidente do Egito, de “neutralismo positivo”.

Ibidem, p. 6.

²⁷ Este movimento teve forte inspiração asiática.

VISENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. **As Relações Diplomáticas da Ásia: Articulações Regionais e Afirmação Mundial (Uma Perspectiva Brasileira)**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011. p. 52.

²⁸ BISSIO, Beatriz. **A Conferência de Bandung e sua atualidade: do Anticolonialismo à Cooperação Sul-Sul**. Porto Alegre, 2015. Slides apresentados no “Painel 1: A Conferência de Bandung e a formação do Terceiro Mundo”, durante o seminário “A Conferência de Bandung e sua atualidade: do Anticolonialismo à Cooperação Sul-Sul”, realizado pelo Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT), Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA) e Curso de Especialização em Estratégia e Relações Internacionais Contemporâneas. Apoio: Instituto Confúcio-UFRGS e ISAPE, em 2 jun. 2015.

países periféricos em favor de uma nova ordem econômica mundial²⁹. Especificamente, a Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI) teve origem na Conferência de Genebra, na qual se criou a Organização dos 77, uma união dos países em desenvolvimento para tratar de assuntos econômicos.

É importante lembrar que várias transformações profundas ocorreram vinte anos após a Conferência de Bandung, as quais confrontaram o sistema capitalista ocidental e expuseram a crise da hegemonia estadunidense. O cenário da década de 70 era o seguinte: independência das últimas colônias portuguesas; vitória do Vietnã e Camboja sobre os Estados Unidos; fortalecimento das lutas contra o *apartheid* (Zimbábue, Namíbia e África do Sul) e demais lutas sociais, através de movimentos populares em Madagascar e Benin; revolução camponesa na Etiópia; recuo do sionismo causado pelos resultados da Guerra do Yom Kippur; queda das ditaduras (Portugal, Espanha e Grécia); formação do Partido Comunista e Partido Socialista na França; desestabilização política na Itália; Choque do Petróleo; etc.

Diante deste panorama conturbado, da alteração de forças nas Nações Unidas e da discussão sobre a injustiça da ordem econômica mundial pós-guerra pelos países não-alinhados, consolidou-se a chamada Nova Ordem Econômica Internacional nos anos 70.

Foi em Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, com a criação da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), que os países do Terceiro Mundo tiveram êxito em instituir a Nova Ordem Econômica Internacional, cuja ideia inicial tinha sido lançada na Conferência de Bandung e reiterada nas Conferências de Belgrado e Genebra.

Para tratar do assunto, as seguintes resoluções foram aprovadas na Assembleia Geral da ONU: Declaração de Estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Mundial (Resolução 3.201/1974 - princípios); Plano de Ação para uma Nova Ordem Econômica Mundial (Resolução 3.202/1974 – plano de implementação); Carta de Direitos e Deveres Econômicos dos Estados (Resolução 3.281/1974 – instrumentos).

²⁹ Informação verbal na palestra de Severino Cabral Filho, durante o “Painel 2: Bandung, os BRICS e a Cooperação Sul-Sul” do seminário “A Conferência de Bandung e sua atualidade: do Anticolonialismo à Cooperação Sul-Sul”, realizado pelo Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT), Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA) e Curso de Especialização em Estratégia e Relações Internacionais Contemporâneas. Apoio: Instituto Confúcio-UFRGS e ISAPE. 02 jun.2015.

Os objetivos da NOEI eram distribuir de forma mais justa os recursos naturais, humanos e econômicos, baseando-se no direito ao desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo e no dever de solidariedade dos países desenvolvidos em relação aos países em desenvolvimento.

Dentre os princípios que regeriam as relações econômicas e políticas entre os Estados, alguns reproduzem o próprio espírito de Bandung, pois dizem respeito à soberania, autodeterminação dos povos, não-intervenção de um Estado nos assuntos internos de outro, não-agressão, coexistência pacífica de sistemas econômicos e sociais diferentes³⁰, etc.

Com a Nova Ordem Econômica Internacional, os países do Terceiro Mundo obtiveram maior importância em âmbito mundial e maior poder junto às instituições internacionais (ONU, GATT, OMC, entre outras), podendo deliberar sobre os temas que lhes diziam respeito e sendo oportunizada a cooperação entre os próprios países do Sul Global.

As relações Sul-Sul, naquele momento, começaram a existir, mas eram realizadas sobre um sistema econômico totalmente diferente do atual. A economia dependia muito das relações bilaterais país-país e, até mesmo, as organizações internacionais econômicas e as empresas transnacionais eram limitadas.

As relações entre os Estados do Sul Global tiveram início com o processo de descolonização durante a Guerra Fria, tendo como principal marco a Conferência de Bandung.

As relações eram estabelecidas entre os países recém independentes - a maioria em estágio de extrema pobreza -, em contraste com as relações Norte-Sul (colônia e colonizados), e tinham como objetivo a ajuda mútua e o fomento ao desenvolvimento dos países do Sul. A partir daí, ampliaram-se os meios de cooperação entre os Estados periféricos e se aperfeiçoaram os instrumentos e normas já existentes.

³⁰ Inclusive, o princípio da coexistência pacífica explica a presença do Japão e do Afeganistão - que eram aliados dos Estados Unidos - na Conferência de Bandung. Segundo Visentini, esta visão contrasta com a teoria de legitimação das políticas de força nas relações internacionais, como afirmado por Samuel P. Huntington, em sua obra "Choque de Civilizações". VISENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. **O Dragão Chinês e o Elefante Indiano**. 1. ed. Leitura XXI: Porto Alegre, 2011. p. 46.

Como se verifica no presente capítulo, os efeitos da Conferência de Bandung, em uma primeira fase, refletiram na política internacional, a partir de 1955, com a criação de uma nova agenda internacional, tendo os países participantes da Conferência de Bandung liderado lutas sociais - inclusive, em países mais desenvolvidos -.

Atualmente, a fim de se fortalecer a posição dos países do chamado Terceiro Mundo e dar maior repercussão a seus interesses, alguns Estados emergentes (BRICS) têm desempenhado papel de porta-voz dos países periféricos em foros políticos internacionais, principalmente quanto aos temas de desenvolvimento econômico.

3. OS BRICS: REPRESENTATIVIDADE DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO E A ESTRATÉGIA PARA A MULTIPOLARIDADE

Para se examinar a representatividade dos países em desenvolvimento pelos BRICS no sistema internacional atual e a multipolaridade, é importante, primeiramente, ter uma noção das teorias de interpretação das relações internacionais do período pós Guerra Fria, principalmente a da globalização, além das consequências trazidas pela crise de 2008 e o papel dos BRICS (3.1). Igualmente, é necessário ponderar sobre a retomada dos princípios de Bandung pelos países do Sul Global, especialmente pelos BRICS (3.2). Por fim, são analisados os pontos do modelo asiático nos discursos dos BRICS para o estabelecimento do sistema multipolar (3.3).

3.1 A GLOBALIZAÇÃO, A CRISE DE 2008 E OS BRICS

Segundo Pecequilo³¹, no período Pós-Guerra Fria (1989 a 2012), quatro eram as interpretações dominantes sobre a reestruturação da política mundial: (a) o fim da história; (b) a globalização; (c) o choque das civilizações; e (d) a multipolaridade.

Inicialmente, falava-se no “Fim da História” (1989), hipótese na qual se afirmava que a história teria chegado ao final devido ao desaparecimento do desafio do comunismo ao capitalismo, com a predominância do modelo norte-americano sobre o soviético, em uma nova ordem mundial unipolar³².

Após, sobreveio a teoria da globalização, que ganhou destaque e maior impulso com o fim da bipolaridade da Guerra Fria, quando houve um enorme crescimento global das relações econômicas entre os países, principalmente devido à vontade do Terceiro Mundo (agora, países em desenvolvimento) de participar ativamente do sistema internacional³³.

³¹ PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Manual do Candidato**: Política Internacional. 2. ed. FUNAG: Brasília, 2012. p. 39-57.

³² Ibidem, p. 39.

³³ GILPIN, Robert (2001). **Global political economy**: understanding the international economic order. Princeton: Princeton University Press, p. 5.

A globalização é um processo histórico que ampliou, aprofundou e acelerou a interconexão global, demonstrando uma nova realidade econômica, financeira, comercial, produtiva, institucional e política³⁴. Este fenômeno fez com que houvesse maior interação entre o âmbito interno e o âmbito externo, eliminando-se as tradicionais barreiras devido à fluidez das fronteiras dos Estados e a interpenetração das sociedades. Como resultado desta fluidez, houve uma relativização da soberania dos Estados e desigualdade de distribuição de recursos entre os países.

Em contrapartida, houve uma crescente regionalização que, ao reafirmar características da região, apresentou resistência à globalização, como é o caso dos blocos regionais (União Europeia e MERCOSUL, por exemplo). Ao mesmo tempo em que este fenômeno representou uma contraposição, houve abertura dos blocos regionais ao mundo, sendo possível se afirmar que a globalização e a regionalização se complementam.

Após, outra hipótese levantada para interpretação da estrutura política mundial foi o Choque das Civilizações, teoria desenvolvida em um contexto de desordem e fragmentação do sistema mundial. Segundo esta tese, os conflitos geopolíticos seriam substituídos pelo choque cultural das civilizações³⁵.

Em contraste a esta teoria, neste panorama histórico, houve o renascimento da esquerda e o começo dos Fóruns Sociais Mundiais. A partir da eclosão da crise financeira de 2008, mais fóruns de negociação foram realizados para se discutir tanto a esquerda quanto a direita, a exemplo do G20 e dos BRICS, os quais demonstram a projeção internacional dos países emergentes, fortalecendo a ideia do sistema multipolar.

Já a multipolaridade é a interpretação mais atual das relações internacionais, que afirma a existência do reordenamento da estrutura do sistema mundial devido à formação de novos equilíbrios.

³⁴ SARAIVA, José Flávio S. (Org.). **História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização**. 2. ed. São Paulo: Editora Saraiva/IBRI, 2007, p. 325.

³⁵ “A identidade civilizacional será cada vez mais importante no futuro e o mundo será definido em grande medida pela interação entre sete ou oito grandes civilizações. Estas incluem a Ocidental, a Confuciana, a Japonesa, a Islâmica, a Hindu, a Eslava-Ortodoxa, a Latino-Americana e possivelmente uma civilização Africana. Os conflitos mais relevantes do futuro irão ocorrer ao longo das linhas de fratura que separam estas civilizações umas das outras”. HUNTINGTON apud PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Manual do Candidato: Política Internacional**. 2. ed. FUNAG: Brasília, 2012, p. 52.

A multipolaridade expressa a necessidade de se reformar as instituições internacionais e o papel dos Estados no sistema global, redistribuindo responsabilidades de maneira mais democrática e equitativa. Com a multipolaridade, vêm os processos de desconcentração de poder, ascensão dos países emergentes³⁶ - como os integrantes dos BRICS³⁷ - e o surgimento de uma nova ordem mundial. Levanta-se, inclusive, a tese de um mundo apolar, caracterizado por diversos centros de poder³⁸.

Segundo a teoria da multipolaridade, a visão predominante das relações internacionais é de cooperação, e não de conflito, que é estabelecida através da difusão de poder.

Além do exposto acima, é importante lembrar também a crise de 2008 e o impacto causado no sistema econômico internacional³⁹. Por causa da falta de regulamentação no mercado financeiro americano, os bancos investiram mais do que podiam em hipotecas de alto risco (*subprimes*). Então, quando o preço dos imóveis começou a cair, as instituições financeiras já não tinham mais como adimplir as dívidas contraídas, fazendo com que todo o mercado financeiro entrasse em crise. Esta crise tomou proporção mundial, mas, em comparação com outros países, atingiu pouco o Brasil, pois este apostou no mercado interno para manter o crescimento do país. Estimulou-se o consumo interno do Brasil para girar a economia com a diminuição dos juros e alíquota dos impostos de produtos da linha branca, materiais de construção e automóveis, além de liberação de quantias para os bancos, a fim de se estimular o setor financeiro a emprestar mais⁴⁰. Devido à

³⁶ Conforme Zakaria, a “ascensão do resto” faria parte da terceira grande mudança de poder da era moderna, não se tratando de um mundo antiamericano, mas, sim, pós-americano. ZAKARIA apud PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Manual do Candidato: Política Internacional**. 2ª ed. FUNAG: Brasília, 2012. p. 56.

³⁷ Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

³⁸ Dentre eles, potências centrais, emergentes, regionais, Estados, organizações legais ou ilegais, etc.

HAAS apud PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Manual do Candidato: Política Internacional**. 2ª ed. FUNAG: Brasília, 2012. p. 56.

³⁹ Existia uma teoria de que essa crise seria pior do que a Grande Depressão, de 1929.

PIRES, Fabiana; BALIEIRO, Silvia. O mundo depois da crise de 2008. **Época Negócios**. [s.i], p. 1-2. 25 set. 2013. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Visao/noticia/2013/09/o-mundo-depois-da-crise-de-2008.html>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

⁴⁰ Mesmo com os estímulos, o Brasil não ficou completamente imune à crise. O PIB nacional, que fechou o ano de 2008 em 5,2%, chegou ao final de 2009 com resultado negativo: -0,3%. Enquanto isso, a economia mundial registrava PIB de -0,6%, tendo, de um lado, os Estados Unidos com a economia encolhendo a -3,1% e, de outro, a China, crescendo 9,2%. Ibidem.

globalização, esta crise tomou dimensão mundial, afetando todo o sistema financeiro internacional.

Entretanto, mesmo com a crise econômica de 2008, poucas foram as alterações das estruturas financeiras do sistema mundial. Embora tenha havido revoluções populares durante este período e acontecimentos que indicam a real transformação geopolítica e econômica⁴¹, as relações do eixo Norte-Sul, na verdade, foram pouco modificadas - o que acentua a busca de alternativas às realidades vigentes -.

Decorre daí a atual força representativa dos BRICS⁴² para modificações do sistema vigente e estabelecimento de um sistema internacional multipolar.

O termo BRIC foi lançado em 2001 no relatório intitulado “*Building Better Global Economics BRICs*”, do economista Jim O’Neill, do banco de investimentos americano Goldman Sachs.

Ao analisar a prospectiva da economia mundial, o relatório indicou que Brasil, Rússia, Índia e China estavam entre os maiores Estados em desenvolvimento, podendo estar entre as maiores economias do mundo em longo prazo. Estes países se destacaram pelas médias de crescimento, dimensão territorial e populacional, fatores que resultariam em avanço econômico sustentável em longo prazo. Além disto, constatou-se que os BRICs teriam importante papel na transformação do panorama geopolítico e desenvolvimento da economia mundial.

Como se vê, o grupo não foi criado a partir de iniciativa diplomática, mas, sim, de um estudo realizado pelo banco de investimentos. Embora tenha sido desenvolvido com base em teorias econômicas e investimentos, o termo acabou

⁴¹ Como no Norte da África e no Oriente Médio (Primavera Árabe). Segundo Brzezinski, “A mudança na distribuição do poder mundial e o novo fenômeno do despertar político das massas intensifica, cada um a seu modo, a volatilidade das relações internacionais contemporâneas. Ao mesmo tempo em que cresce a influência da China, e outros poderes emergentes – como Rússia, Índia ou Brasil, por exemplo – competem por recursos, segurança e vantagens econômicas, o potencial para erros de cálculo e conflitos cresce”.

BRZEZKINSKI apud PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Manual do Candidato: Política Internacional**. 2ª ed. FUNAG: Brasília, 2012. p. 55.

⁴² Conforme afirmam Cooper e Flemes, os BRICS são considerados diferentes dos outros países do Sul Global porque são “muito grandes” ou estão “muito desconfortáveis com seus vizinhos” (tradução livre).

COOPER, Andre F.; FLEMES, Daniel. **Foreign Policy Strategies of Emerging Powers in a Multipolar World: an introductory review**. p. 952. In: *Third World Quarterly*. Vol. 34. Ed. 6. 2013. Disponível em <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01436597.2013.802501?journalCode=ctwq20>>. Acesso em 04 abr 2015.

adquirindo significado político na crise de 2008, com o reconhecimento dos próprios países dos BRICs. Assim, apesar da ideia lançada pelo economista ter tido impacto na área de investimentos, também teve forte impacto na política externa do Brasil, Rússia, Índia e China e outros países.

Em 2010, a África do Sul aderiu ao grupo durante a 3ª Cúpula dos BRICS⁴³. A incorporação da África do Sul ao grupo faz com que haja maior aproximação do diálogo Sul-Sul, aumenta a representatividade geográfica dos países emergentes e representa um importante contato para as negociações dos demais membros com o continente africano.

Alguns dos temas levantados pelos BRICS são a defesa do multilateralismo, a predominância do direito internacional como base da promoção da paz e a reforma das instituições internacionais, como o Conselho de Segurança da ONU e o Banco Mundial. Um dos principais objetivos é aumentar o diálogo entre os países do Sul, sendo que o próprio grupo já conta com os principais Estados em desenvolvimento do chamado Sul político. Outros objetivos dos BRICS que merecem destaque são o combate à pobreza, exclusão social e desigualdade; o desenvolvimento sustentável mundial; a busca de sistemas energéticos mais sustentáveis; o incentivo ao diálogo entre diferentes culturas e nações; etc.

Os BRICS postulam por reformas nas instituições financeiras internacionais, a fim de que estas passem a refletir a economia mundial atual, dando maior representatividade aos países periféricos. Sustentam que deve haver a democratização da governança global, sendo que os Estados emergentes deveriam ter maior peso no sistema financeiro internacional, diante da atual importância destes países. Visam a um sistema financeiro mais estável, diversificado e previsível, sugerindo-se a diversificação das moedas nas reservas financeiras mundiais⁴⁴, incluindo o rublo russo e o *yuan* chinês no Fundo Monetário Internacional.

Uma das críticas enfrentadas pelos BRICS - assim como pela Conferência de Bandung nos anos 50 - é de que o grupo é muito heterogêneo. Há tanto regimes

⁴³ A inclusão da África do Sul ao grupo foi questionada, inclusive, por Jim O'Neill. VISENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. A dimensão político-estratégica dos BRICS: entre a panaceia e o ceticismo. In: **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. Brasília: FUNAG, 2012. p. 190.

⁴⁴ Os países dos BRICS detêm grande parte das reservas mundiais. *Ibidem*.

considerados como autoritários, pela visão ocidental, como regimes democráticos e liberais; há potências nucleares; a renda *per capita* dos membros difere enormemente uma da outra; há economias mais fechadas (Brasil e Índia) e economias mais abertas (China e Rússia), em termos de inserção mundial; somente a China e a Rússia têm assento no Conselho de Segurança da ONU; entre outras diferenças.

Apesar disto, a aproximação política e o alinhamento estratégico dos membros do grupo são mais evidentes do que suas disparidades, o que demonstra a coesão do grupo. O que une os países dos BRICS é a importância mundial de suas economias e seus objetivos comuns de aumentar a representatividade⁴⁵ dos países emergentes nos principais fóruns mundiais, a fim de que seja refletida a nova realidade financeira internacional também em sede política.

3.2 OS REFLEXOS DA CONFERÊNCIA DE BANDUNG NA ATUALIDADE: A RETOMADA DOS PRINCÍPIOS DE BANDUNG PELOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

Como visto, os princípios de Bandung tiveram grande repercussão nas décadas posteriores à Conferência, especialmente nos anos 70. Em primeiro momento, Bandung significou o marco histórico da ruptura do sistema vigente da Guerra Fria, tendo estimulado movimentos anticolonialistas, neutralistas e a favor de uma nova ordem econômica internacional, intensificando-se as relações Sul-Sul.

Entretanto, estes postulados não ficaram para trás. Muito pelo contrário: os países do Sul Global estão retomando os discursos de Bandung nos diversos foros internacionais, atualizando-os à realidade contemporânea. Questões atuais como a Cooperação Sul-Sul e os centros emergentes de poder, como os BRICS, são vinculadas às rupturas de Bandung. Novos centros de poder estão sendo

⁴⁵ Segundo Cooper e Flares, os BRICS se relacionam com o sistema global reforçando o senso histórico de injustiça com o Terceiro Mundo, reivindicando para si a representação dos interesses de todos os Estados em desenvolvimento e se comprometendo com postulados vestfalianos de soberania e não-intervenção.

COOPER, Andre F.; FLEMES, Daniel. **Foreign Policy Strategies of Emerging Powers in a Multipolar World: an introductory review.** In: Third World Quarterly. Vol. 34. Ed. 6. 2013. P. 952. Disponível em <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01436597.2013.802501?journalCode=ctwq20>>. Acesso em 04 abr 2015.

estabelecidos a partir das mudanças originadas na Conferência e são os países emergentes que estão liderando a construção do novo sistema mundial multipolar.

O panorama internacional atual é de transição, caracterizado pela multipolaridade em curso⁴⁶. O sistema está em transformação, com a emergência de todos os Estados que estavam vinculados à Conferência afro-asiática⁴⁷, sendo o modelo asiático de diplomacia utilizado como um instrumento de defesa até mesmo por países não localizados na Ásia.

Os princípios de Bandung, que internalizaram os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica e reafirmaram os postulados da Carta da ONU⁴⁸, são extremamente atuais e continuam sendo usados para fortalecer a posição dos países em desenvolvimento e para defender seus interesses.

Nota-se que os princípios de Bandung e o modelo asiático, retomados pelos países em desenvolvimento, são fundamentais para assegurar os interesses dos países do Sul Global. O respeito à soberania e à integridade, o não-intervencionismo, a coexistência pacífica de sistemas políticos, econômicos e culturais diferentes, são importantes mecanismos de defesa dos países em desenvolvimento. Destaca-se um dos princípios mais importantes atualmente: o da cooperação. Este postulado se materializou na Cooperação Sul-Sul e é a base de toda a transformação do sistema internacional para se atingir a multipolaridade, através do desenvolvimento dos periféricos.

Como visto, a ascensão dos novos centros emergentes e o estabelecimento do sistema internacional multipolar estão sendo construídos a partir das mudanças iniciadas em Bandung. Para a implantação da multipolaridade, tem se incentivado o aprofundamento da Cooperação Sul-Sul⁴⁹, que é diretamente vinculada com os países do chamado Terceiro Mundo daquela época.

⁴⁶ Informação verbal na palestra de Severino Cabral Filho, durante o “Painel 2: Bandung, os BRICS e a Cooperação Sul-Sul” do seminário “A Conferência de Bandung e sua atualidade: do Anticolonialismo à Cooperação Sul-Sul”, realizado pelo Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT), Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA) e Curso de Especialização em Estratégia e Relações Internacionais Contemporâneas. Apoio: Instituto Confúcio-UFRGS e ISAPE. 02 jun.2015.

⁴⁷ Com exceção do Brasil, que não estava naquela reunião, embora tenha tido a presença de Adolpho Bezerra de Menezes como ouvinte.

⁴⁸ As principais características do modelo asiático estão no Anexo B.

⁴⁹ Consequência das relações Sul-Sul de Bandung.

Salienta-se que o Sul do mundo é a origem tanto dos países da América hispânica, quanto dos países da América portuguesa, além da Zona Austral Africana, de forma que a Cooperação Sul-Sul é a própria integração deste espaço global, o que demonstra a importância da aproximação.

Os próprios membros dos BRICS estão cooperando entre si, de maneira independente do eixo Norte-Sul, em diversas áreas⁵⁰. Isto porque não é de interesse dos países emergentes que os grandes países periféricos venham a sofrer um colapso devido à falta de infraestrutura e avanços necessários para o desenvolvimento, pois são estes avanços que vão transformar a ordem internacional. Ademais, é de interesse dos países do Sul a atração de investimento estrangeiro, devendo, portanto, existir condições para os avanços visados.

Enquanto, em Bandung, a expectativa era de que fosse reconhecida a soberania do Estado ao sair do sistema colonial, hoje em dia, os países do Sul buscam a construção de um novo sistema econômico internacional, visando ao desenvolvimento econômico destes países. Este movimento tem suporte da China, Índia, Rússia, Brasil, América do Sul e África⁵¹.

É claro que existem críticas tecidas tanto aos BRICS quanto ao estabelecimento da multipolaridade.

Harsh V. Pant, por exemplo, afirma que há uma atual fascinação com o crescimento dos BRICS. Ele critica a expressão “pós-americana” e as interpretações de muitos internacionalistas de que a multipolaridade será a norma do sistema mundial. Questiona, ainda, se os BRICS se transformarão em um grupo de poder relevante a nível global. Uma das críticas feitas por Harsh V. Pant⁵², em 2013, é que os BRICS

não foram capazes de criar instituições que poderiam os ajudar a consolidar e a alavancar sua influência em nível global. Ainda que os BRICS fizessem

⁵⁰ A China, por exemplo, tem investido em infraestrutura em países da África e da América Latina.

⁵¹ Informação verbal na palestra de Severino Cabral Filho, durante o “Painel 2: Bandung, os BRICS e a Cooperação Sul-Sul” do seminário “A Conferência de Bandung e sua atualidade: do Anticolonialismo à Cooperação Sul-Sul”, realizado pelo Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT), Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA) e Curso de Especialização em Estratégia e Relações Internacionais Contemporâneas. Apoio: Instituto Confúcio-UFRGS e ISAPE. 02 jun.2015.

⁵² PANT, Harsh V. **The BRICS Fallacy**. In: The Washington Quarterly. v. 36. 6. ed. 2013. p. 102-103. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/0163660X.2013.825552#.VyblzfIViko>>. Acesso em: 04 abr. 2015. (tradução livre).

uma ação econômica em conjunto, o que não parece ser o caso, o grupo não será capaz de transformá-la em política unificada. Além disto, a dominância da China faz com que os objetivos articulados pelos BRICS sejam pouco firmes. O ponto desta coalizão sempre demonstrou que o equilíbrio de poder está se deslocando para os países emergentes e sempre da dominância histórica do Ocidente, mas um mundo multipolar não é a mesma coisa que a China tentando inclinar o equilíbrio de poder para si mesma. A narrativa em torno dos BRICS é tão exagerada quanto o declínio dos Estados Unidos. As placas tectônicas da política global estão certamente se deslocando, mas os movimentos ainda não são previsíveis. Como resultado, os BRICS continuarão a ser uma construção artificial – meramente um acrônimo feito por um banco de análise de investimento – por algum tempo ainda.

O que Pant não imaginava era que, em 2014, por iniciativa própria, os membros dos BRICS colocariam em prática a construção de duas importantes instituições que poderão trazer grandes mudanças ao cenário mundial: o Banco de Desenvolvimento dos BRICS⁵³ e o Acordo de Fundo de Reserva, como alternativa às antigas instituições. Ou seja, já que não houve as reformas pretendidas das instituições internacionais, como do FMI e do Banco Mundial, começou a se criar outros bancos, com novas propostas, com liderança dos BRICS.

Hoje em dia, verifica-se que, quando as potências supranacionais e a hegemonia estadunidense tentam reafirmar seu poder, os princípios de Bandung servem como instrumento atual de ação em defesa dos países em desenvolvimento, além de servir como estratégia para a afirmação de um sistema internacional multipolar.

3.3 DISCURSOS DOS PAÍSES DOS BRICS: PONTOS DO MODELO ASIÁTICO PARA O SISTEMA MULTIPOLAR

Atualmente, o discurso dos países em desenvolvimento, nos foros internacionais⁵⁴, tem sido de aprofundamento da Cooperação Sul-Sul, com a

⁵³ Que, consoante Rajagopal, tem como modelo o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil (BNDES).

RAJAGOPAL, Balakrishnan. **International Law and its Discontents: Rethinking the Global South**. In ASIL Proceeding. 2012. p. 178. Disponível em: <<http://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein.journals/asilp106&div=54&id=&page=>>. Acesso em: 04 abr. 2015.

⁵⁴ Por exemplo, na Conferência de Monterrey, sobre financiamento para o desenvolvimento (2002), Fóruns de Alto nível sobre Efetividade da Ajuda, na Cúpula do Sul em Havana (2000), Conferência de

retomada dos postulados de Bandung, característico do modelo de diplomacia asiático. Estes discursos enfatizam a importância da cooperação entre os Estados periféricos, os princípios de soberania e igualdade entre os Estados, integridade territorial e não intervenção nos assuntos internos de outro Estado, como já visto.

Hoje, a posição dos emergentes é menos de confrontar o mundo capitalista e mais de reivindicar um espaço central no sistema para alterar o equilíbrio global.

A resposta do G20⁵⁵ à crise financeira de 2008, por exemplo, é de que o G7⁵⁶ ou qualquer outro pequeno “clube exclusivo” não é um meio legítimo ou mesmo eficaz de resolução de problemas⁵⁷. Além disto, em face da referida crise, os BRICS requisitaram que os países desenvolvidos adotassem políticas mais responsáveis de macroeconomia.

Os países dos BRICS se deslocaram da margem para o centro do panorama econômico mundial. Em discurso proferido pelo Presidente do Brasil em 2009, ressaltou-se que os quatro países do BRIC (até então) representavam 15% do PIB global e 65% do crescimento mundial. Em 2012, a embaixada chinesa notou que o grupo representava, também, 42% da população do mundo.

Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul têm demonstrado um alto alcance em termos de diplomacia. Em comparação com a maioria das economias ocidentais responsáveis pela crise de 2008, os BRICS demonstram ter performances orçamentais e fiscais exemplares⁵⁸.

Os discursos do Brasil no sistema internacional, especialmente em sede da Assembleia Geral das Nações Unidas, no governo de Fernando Henrique Cardoso, nos anos 90, eram no sentido de que os valores democráticos de mercado livre e de

Alto Nível sobre a Cooperação Sul-Sul (2003), Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS ou G3), ASEAN, etc.

⁵⁵ Argentina, Australia, Brazil, Canada, China, France, Germany, India, Indonesia, Italy, Japan, Republic of Korea, Mexico, Russia, Saudi Arabia, South Africa, Turkey, the United Kingdom, the United States and the European Union.

Disponível em: <<https://g20.org/about-g20/g20-members/>>. Acesso em: 02. jul. 2015.

⁵⁶ Antigo G8, diante da exclusão da Rússia do grupo, que tem como membros Estados Unidos, Alemanha, Canadá, França, Itália, Japão, Reino Unido.

Disponível em: <http://www.nytimes.com/2014/03/25/world/europe/obama-russia-crimea.html?_r=0>. Acesso em: 02 jul. 2015.

⁵⁷ COOPER, Andre F.; FLEMES, Daniel. **Foreign Policy Strategies of Emerging Powers in a Multipolar World: an introductory review**. In: *Third World Quarterly*. Vol. 34. Ed. 6. 2013. p. 948 Disponível em <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01436597.2013.802501?journalCode=ctwq20>>. Acesso em 04 abr. 2015.

⁵⁸ Ibidem, p. 952.

justiça social estavam convergindo. Isto acarretaria a liberdade e a prosperidade de todos os países em um contexto internacional no qual a força militar não seria determinante sobre o poder de um Estado. Houve reformas estruturais internas e privatizações no Brasil para uma economia estável e crescente.

No entanto, diante do protecionismo enfrentado pelos países periféricos, FHC se manifestou contrariamente ao unilateralismo e o uso das forças nas relações internacionais, afirmando que o avanço da liberdade no mundo não deveria ocorrer em detrimento da igualdade e da fraternidade entre as nações. Acusou os Estados que adotavam discurso liberal de utilizarem práticas protecionistas, o que não poderia ser admitido, já que a discriminação se dava em prejuízo dos países em desenvolvimento, que eram quem mais precisavam ter acesso aos mercados⁵⁹.

Após, nos anos 2000, o Presidente Lula reforçou este último discurso do FHC e lançou diretrizes para a política externa brasileira atual. Afirmou que o comércio liberal não poderia impor barreiras aos Estados de formular suas próprias políticas industrial, tecnológica, social e ambiental, além de que os negócios internacionais deveriam ser tratados como um meio para o desenvolvimento e combate à pobreza e não um fim em si mesmo.

Durante a crise de 2008, Lula reforçou seu comprometimento com os países em desenvolvimento, requereu que os países ricos subsidiassem os setores afetados em suas economias e afirmou que a Rodada de Doha⁶⁰ deveria ter um impacto positivo na produção mundial de alimentos, em combate à fome.

O discurso de Lula sustentava que o movimento desenvolvimentista estava se fortalecendo com o novo cenário geopolítico, de modo que os países em desenvolvimento deveriam buscar novas alternativas, afastando-se do eixo Norte-Sul e cooperando entre os próprios países do Sul, estabelecendo uma ordem multipolar. Além disto, Lula se candidatou ao Conselho de Segurança da ONU para representar os países em desenvolvimento.

Estes discursos fizeram com que o Brasil tomasse uma importante posição no sistema internacional, ao lado de outros parceiros, como Rússia, Índia, China e

⁵⁹ MIELNICZUK, Fabiano. **Brics in the Contemporary World**: changing identities, converging interests. In: *Third World Quarterly*. vol. 34. 6. ed. 2013. p. 1079. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01436597.2013.802506>> Acesso em: 04 abr. 2015.

⁶⁰ Negociações em sede da Organização Mundial do Comércio que visam a incentivar o livre comércio e a diminuir as barreiras comerciais em todo o mundo.

África do Sul. O Brasil lançou algumas iniciativas diplomáticas de alto padrão, liderando o grupo dos G20, propondo a criação de um fundo contra a fome e defendendo a utilização de biocombustíveis, como o etanol oriundo da cana-de-açúcar.

Em 2014, na VI Cúpula dos BRICS, realizada em Fortaleza, a Presidente Dilma Rousseff reiterou o compromisso dos BRICS com o multilateralismo transparente, democrático e eficaz, que aponta para a multipolaridade, e criticou a ordem internacional atual:

Constatamos, no entanto, que as principais instituições de governança econômica e política mundiais têm perdido representatividade e eficácia, ao não se adequarem às realidades políticas e econômicas do mundo de hoje.

O Conselho de Segurança da ONU encontra crescentes dificuldades para oferecer respostas eficazes aos desafios que se apresentam, sendo vítima de alguma erosão de sua legitimidade e relevância. Todos os líderes coincidiram, chamando a atenção para a necessidade de uma urgente reforma nessa respeitável e indispensável instituição [que deve] rever sua distribuição de poder de voto, de maneira a refletir o peso inquestionável dos países emergentes na economia mundial.⁶¹

Ainda, destacou as propostas de cooperação entre os países dos BRICS, como o Portal de Negócios, a facilitação de vistos e a redução de barreiras ao comércio.

No que toca à Rússia, o discurso proferido em 1992 por Andrei Kozyrev, Ministro das Relações Exteriores, na Assembleia Geral das Nações Unidas, foi no sentido de que a Rússia rejeitava o comunismo e que, por experiência própria, tinha aprendido que não haveria outro caminho a não ser a democracia, afirmando que o passado violento do país não se repetiria.

A política externa russa visava ao estabelecimento de novas parcerias com sociedades abertas e em favor da democracia e economia de mercado, que negassem o imperialismo, a violência e a ditadura⁶².

⁶¹ Discurso feito pela **Presidente Dilma Rousseff** na VI Cúpula dos BRICS, em 2014, no Brasil. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-abertura-da-sessao-plenaria-da-vi-cupula-do-brics-fortaleza-ce>>. Acesso em: 01 jul. 2015.

⁶² MIELNICZUK, Fabiano. **Brics in the Contemporary World**: changing identities, converging interests. In: *Third World Quarterly*. vol. 34. 6. ed. 2013. p. 1080. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01436597.2013.802506>> Acesso em: 04 abr. 2015.

Além disto, a Rússia apoiava a intervenção humanitária para defesa dos direitos humanos, ao controle e desarmamento e à defesa do desenvolvimento dos países periféricos, associada a uma ordem econômica liberal num mundo multipolar.

Kozyrev sustentou que o panorama pós-Guerra Fria era de uma unidade multipolar, sendo as Nações Unidas o símbolo da diversidade. Afirmou que a igualdade entre os Estados deveria ser promovida e que a diversidade de culturas, religiões e tradições deveria ser respeitada, para fins de se alcançar a segurança e prosperidade do mundo moderno.

Nos anos 2000, a diplomacia russa negava totalmente a unipolaridade e reafirmava a existência da multipolaridade, argumentando que os problemas do mundo poderiam ser resolvidos somente com diálogo multilateral. A multipolaridade era uma realidade graças aos centros de poder emergentes, sendo que a governança global deveria ser exercida pela coletividade de líderes dos maiores Estados, os quais representariam os países em desenvolvimento.

Em 2008, o embaixador Lavrov declarou que a “ilusão unipolar” estava por trás dos ataques na Ossétia do Sul⁶³, em uma clara crítica às medidas dos Estados Unidos⁶⁴, as quais teriam incentivado a Geórgia a agir precipitadamente, provocando a reação russa.

Na VI Cúpula dos BRICS, o Presidente Vladimir Putin discorreu sobre as propostas de cooperação entre os países para o estabelecimento de uma associação energética dos BRICS, com a criação de um banco de reserva de combustível, a fim de fortalecer a segurança energética dos países do grupo. Além disto, declarou que:

As nações dos BRICS devem cooperar mais estreitamente nos mercados de *commodities*. Temos uma base de recurso único; nossas nações detêm de 30 a 60 por cento das reservas mundiais de vários recursos. Portanto, nós acreditamos que é imperativo desenvolver a cooperação em mineração e processamento, e organizar um centro para treinar especialistas nas indústrias metalúrgicas nas nações dos BRICS.

Acreditamos que é importante alargar contatos humanitários e formar dimensões parlamentar, civil, sindical e de juventude dentro BRICS. Propomos a assinatura de um acordo de cooperação em cultura e a criação

⁶³ Em 2008, houve conflito armado entre a Geórgia, de um lado, e a Rússia e os separatistas da Ossétia do Sul e da Abecásia, do outro.

⁶⁴ Como as medidas tomadas em relação ao Iraque, a militarização do espaço, e o escudo antimíssil.

de uma universidade da rede BRICS que incluirá as principais escolas das nossas nações.⁶⁵

Assim, nota-se a existência do alinhamento dos discursos dos países dos BRICS para o aprofundamento da cooperação entre si.

Quanto à Índia, nos anos 90, o discurso era de que eram utilizados critérios não-econômicos nas relações econômicas bilaterais, impedindo o acesso dos países em desenvolvimento aos mercados.

A Índia levantou a questão da reforma do Conselho de Segurança da ONU ao dizer que deveria haver ampliação, com a inclusão de alguns membros, reivindicando seu direito de ser membro permanente do Conselho. Afirmou que os problemas de segurança estavam diretamente relacionados aos problemas de desenvolvimento dos países periféricos. Críticas foram tecidas à ONU no sentido de que esta organização representaria somente os privilégios de um pequeno grupo, em vez de representar o interesse da maioria e a realidade internacional.

Além disto, a Índia se identificava como representante dos países periféricos e como uma participante ativa da cooperação Sul-Sul, considerando o tema do desenvolvimento o mais importante tópico para discussão internacional.

A Índia lembrou a importância do Movimento dos Países Não-Alinhados no momento pós-Guerra Fria em um sistema desigual, expressando a necessidade dos países periféricos terem voz ativa e perspectiva nos foros internacionais, com o estabelecimento de uma agenda que considerasse temas relacionados às ex-colônias.

Ainda, requereu mais prudência quanto à globalização e à promoção de políticas econômicas liberais.

Nos anos 2000, a Índia se ofereceu para coordenar o diálogo entre os países em desenvolvimento, pois queria participar ativamente da reestruturação da ordem global. Afirmou que o mundo necessitava de uma coletividade multilateral para a solução dos problemas mundiais com a reestrutura das instituições internacionais, dando mais responsabilidades aos países em desenvolvimento.

⁶⁵ Discurso feito pelo **Presidente Vladimir Putin** na VI Cúpula dos BRICS, em 2014, no Brasil. Disponível em: <<http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/46229>>. Acesso em: 01 jul. 2015. (tradução livre).

A diplomacia indiana teve êxito ao tomar medidas em combate à pobreza e à fome e ao participar de importantes eventos, como o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) e a Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação entre África e Índia.

Na Cúpula dos BRICS de 2014, em discurso proferido pelo Primeiro-Ministro, Nerendra Modi, foi dito que os BRICS complementam as instituições internacionais existentes com ideias e mecanismos mais recentes, fornecendo uma via alternativa para a recuperação da estabilidade econômica global, sendo os BRICS uma nova voz na causa da paz e do desenvolvimento mundial. Ainda, o Primeiro-Ministro chamou atenção ao seguinte⁶⁶:

(...) os desafios da fraqueza econômica e turbulência política ainda estão entre nós. A necessidade de enfrentá-los é urgente.

As escolhas que fazemos agora vão moldar o futuro não apenas dos nossos países, mas do mundo em geral. Esta é uma grande responsabilidade que carregamos.

Eu, assim, elogio o Brasil pelo tema desta Cúpula: “Desenvolvimento Inclusivo: Soluções Sustentáveis”. Ele captura a nossa responsabilidade para a humanidade, e a nossa obrigação para com as gerações futuras.

Eu estou confiante de que esta Cúpula será um marco nessa missão.

No que se refere à China, a política externa dos anos 90 reforçava os cinco princípios da coexistência pacífica.

A China afirmou que o desenvolvimento desequilibrado levaria o mundo a uma situação turbulenta e que os direitos humanos fundamentais eram o direito a subsistir e desenvolver. Criticou a ordem econômica injusta, a discriminação nas relações econômicas internacionais e o protecionismo dos países desenvolvidos, que impediam os países em desenvolvimento de ter acesso ao mercado, ajuda, tecnologia, etc.

A China postulou a reforma do Conselho de Segurança da ONU⁶⁷, alegando que deveriam ser abarcados os interesses dos países em desenvolvimento, que

⁶⁶ Discurso feito pelo Primeiro-Ministro **Nerendra Modi** na VI Cúpula dos BRICS, em 2014, no Brasil. Disponível em: <<http://mea.gov.in/Speeches-Statements.htm?dtl/23631/Opening+Remarks+by+Prime+Minister+at+the+BRICS+Summit+July+15+2014>>. Acesso em: 01 jul. 2015. (tradução livre).

⁶⁷ Que não deveria ser um “clube dos países ricos”. MIELNICZUK, Fabiano. **Brics in the Contemporary World**: changing identities, converging interests. In: *Third World Quarterly*. vol. 34. 6.

eram a maioria dos membros das Nações Unidas, aplicando-se o princípio da distribuição geográfica equitativa.

Além disto, asseverou que, mesmo com a nova fase histórica de transição para a multipolaridade, o pensamento hegemônico ainda estava presente no cenário internacional. Em 1999, a China denunciou que a expansão dos blocos militares era a continuação do pensamento hegemônico unipolar, referindo-se à OTAN⁶⁸.

Sustentou que os países em desenvolvimento também têm direito a participar das tomadas de decisões e formulação de normas internacionais.

Posteriormente, nos anos 2000, a China propôs cinco iniciativas: (1) o estabelecimento de uma parceria global para o desenvolvimento; (2) a promoção de desenvolvimento econômico global equilibrado e estável; (3) o fortalecimento da capacidade de autodesenvolvimento dos países periféricos; (4) o desenvolvimento sustentável; (5) o fortalecimento do desenvolvimento dos povos como um todo.

Além disto, este Estado se identificou como o maior país em desenvolvimento, que poderia promover os interesses dos países do Sul Global para o estabelecimento da multipolaridade. Para isto, a China, frequentemente, tem requerido que os países desenvolvidos cumpram com suas obrigações, como a redução da dívida de um país periférico, a transferência de tecnologia e o acesso ao mercado, dentre outros.

A China postula a cooperação entre os países periféricos e o estreitamento da relação Sul-Sul, a fim de que se atinja o desenvolvimento mediante respeito político, igualdade e benefícios econômicos mútuos⁶⁹. Como exemplo, citam-se os investimentos chineses no continente africano e nos países em desenvolvimento, principalmente na área de infraestrutura, além da realização de foros entre os países para estreitar as relações, como o da Cooperação da China-África (2006).

Cabe observar que houve uma tentativa frustrada de se criar o G2, que seria uma relação bilateral com os Estados Unidos. Na verdade, a China não estava muito

ed. 2013. p. 1084. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01436597.2013.802506>> Acesso em: 04 abr. 2015.

⁶⁸ Organização do Tratado do Atlântico Norte.

⁶⁹ Chamada de "cooperação *win-win*".

MIELNICZUK, Fabiano. **Brics in the Contemporary World**: changing identities, converging interests. In: *Third World Quarterly*, vol. 34. 6. ed. 2013. p. 1085. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01436597.2013.802506>> Acesso em: 04 abr. 2015.

confortável com este grupo, pois se dizia que ela deveria resistir ao G2 como um meio para se decidir sobre questões importantes do mundo, uma vez que a configuração deste grupo traria repercussões diplomáticas mais amplas, e que o G2 não combinaria com o valor tradicional chinês de um mundo harmonioso⁷⁰.

O discurso da China proferido na Cúpula dos BRICS⁷¹ trouxe importantes reflexões:

O mundo de hoje está vivendo profundas mudanças. A conjuntura internacional enfrenta novos reajustes. As incertezas e fatores instáveis que influenciam a situação tanto global como regional aumentam-se. Uma questão polêmica vem após a outra. A multipolarização avança ziguezagueando. A economia mundial sofre reajustes profundos, com a recuperação lenta e difícil e a falta de vigor. Para um desenvolvimento econômico forte, sustentável e equilibrado ainda tem um caminho muito longo para percorrer. O grupo BRICS, formado por economias emergentes e países em desenvolvimento, que desempenha um papel importante na recuperação econômica mundial e na promoção da ordem mundial na direção mais justa e razoável, precisa se unir e cooperar para ganhar mais vigor de desenvolvimento e coesão entre si, com o objetivo de abrir novas perspectivas do nosso próprio crescimento econômico, enquanto impulsiona o crescimento econômico mundial, fazendo contribuições para a paz e estabilidade do mundo. Os países do BRICS são muito diversificados e complementares nos recursos naturais, estrutura setorial e rumo de desenvolvimento, e já têm uma base sólida da cooperação econômica. Atualmente, o volume de comércio exterior do BRICS ocupa 16% do total mundial, enquanto o volume de comércio intra-BRICS só chega a ordem de 336 bilhões de dólares, ou seja 1,5% do total mundial. Isso demonstra que o potencial da cooperação econômica intra-BRICS ainda não foi 100% liberado. Devemos estabelecer confiança no nosso rumo de desenvolvimento e na perspectiva do BRICS. Assim que definamos o rumo certo, apliquemos medidas eficazes, agarremos a oportunidade, e avancemos com mãos dadas, teremos um futuro brilhante da cooperação intra-BRICS. (...)

Ou seja, a China chamou atenção para a necessidade de se aumentar as relações econômicas entre os próprios países dos BRICS, aprofundando a cooperação entre os membros do grupo. Segundo a visão chinesa, os BRICS estão - através da cooperação e numa atitude transparente, aberta e inclusiva-, modelando ativamente a governança mundial, visando ao desenvolvimento humano e à paz mundial.

Ainda, o Embaixador Li Jinzhang disse neste evento que:

⁷⁰ Além disto, questionava-se o que as nações vizinhas pensariam da China. HUANG apud COOPER, Andre F.; FLEMES, Daniel. **Foreign Policy Strategies of Emerging Powers in a Multipolar World: an introductory review.** p. 951. In: Third World Quarterly. Vol. 34. Ed. 6. 2013. Disponível em < <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01436597.2013.802501?journalCode=ctwq20>>. Acesso em: 04 abr. 2015.

⁷¹ Discurso feito pelo **Embaixador Li Jinzhang** na VI Cúpula dos BRICS, em 2014, no Brasil. Disponível em: <<http://br.china-embassy.org/por/zjsg/dsjh/t1153109.htm>>. Acesso em 01 jul. 2015.

A palavra "fortaleza" em português significa solidez e baluarte. Esperamos que, através da realização da cúpula em Fortaleza, os países do BRICS poderão tornar-se verdadeiramente numa fortaleza sólida da manutenção da estabilidade e paz mundial e da promoção do desenvolvimento e prosperidade. Em 2014, Brasil vai realizar sucessivamente eventos de maior regozijo e de grande importância. Estou com expectativa e faço votos pelo pleno sucesso da realização da Copa do Mundo e da VI Cúpula do BRICS no Brasil, que trarão ao mundo alegria e felicidade.

(...)

reforçar a cooperação econômica e buscar novos pontos de crescimento. Sob o contexto da lenta recuperação econômica mundial, os riscos do mercado financeiro internacional, a aceleração do processo das negociações dos tratados de livre comércio regional que não incluem os países do BRICS, o abrandamento do crescimento econômico do BRICS, a parte chinesa acha que os membros do BRICS precisam desenvolver a parceria econômica mais estreita, e por meio de elaborar um quadro da cooperação pragmática econômica de diversas áreas, promover a abertura mútua e a integração entre os mercados dos membros, a complementaridade mútua dos fatores de produção de capitais, força de trabalho, tecnologia e recursos naturais, aumentar a liberalização do comércio e a facilitação de investimento, proporcionando assim nova força-motriz ao crescimento econômico dos países membros. Os países do BRICS devem reforçar ainda a coordenação das políticas macroeconômicas para enfrentar conjuntamente os riscos do mercado global, e promover juntos a reforma do mecanismo da governança econômica global para salvaguardar os interesses do BRICS e dos países em desenvolvimento, criando novos pontos brilhantes para a cooperação do BRICS.

(...)

continuar a desempenhar um papel construtivo na reforma do sistema da governança mundial e promover a reforma para obter avanços substanciais. O sistema atual da economia internacional fundou-se há mais de meio século e já não pode refletir completamente as mudanças na situação internacional atual e o papel importante das economias emergentes e dos países em desenvolvimento representadas pelos países do BRICS no processo de encarar a crise financeira internacional e estimular o crescimento econômico mundial. Nos anos recentes, os membros do BRICS têm participado ativamente na reforma das instituições da governança econômica mundial como FMI e Banco Mundial e apelado fortemente nas instituições como ONU, G20, OMC, ao aumento da voz e representatividade das economias emergentes e países em desenvolvimento sobre os temas importantes globais, o que não só corresponde à realidade da transformação profunda da situação internacional, como também é conducente ao impulsionamento da ordem internacional em direção mais justa e razoável, de forma a fornecer garantias institucionais à estabilidade e paz mundial.

Quanto ao futuro, a China entende que os BRICS continuarão a desempenhar um papel construtivo na reforma do sistema mundial, promovendo a reforma das instituições financeiras e econômicas internacionais e dando voz às nações emergentes, no intuito de se implementar uma nova ordem justa, equitativa e inclusiva.

Por sua vez, a África do Sul teve seus princípios e identidade nacional expostos no discurso proferido pelo Presidente Nelson Mandela, em 1994, na Assembleia Geral da ONU, ao retornar à comunidade internacional depois do *apartheid*: “justiça, paz, reconciliação e construção da nação em busca de um país democrático, não-racial e não-sexista”⁷².

A África do Sul queria promover a cooperação Sul-Sul e ser protagonista no Conselho de Segurança, a fim de dar voz aos pobres e desfavorecidos. Havia a preocupação com a marginalização dos países menos desenvolvidos no processo da globalização liberal.

O Ministro das Relações Exteriores, Alfred Nzo, disse que o processo de democratização lançou uma série de “humanos produtivos e recursos políticos”, que serviriam de base para que a África do Sul alcançasse seus objetivos⁷³.

Após, durante o governo de Thabo Mbeki (1999-2008), inicialmente, a posição era de irreconciliabilidade entre os países em desenvolvimento e os desenvolvidos. Posteriormente, clamava-se pela democratização do sistema mundial com a reforma da ONU e de Bretton Woods⁷⁴, de forma a se combater as tendências liberais da globalização - um sistema global de *apartheid* - em detrimento dos países pobres.

O Ministro das Relações Exteriores de então, Dlamini-Zuma, disse que:

Enquanto milhões de pessoas são degradadas e desumanizadas pela pobreza, doença e fome, existem recursos suficientes no mundo para alimentar, educar e restaurar a dignidade dos seres humanos e fazer deste mundo um lugar melhor para todos⁷⁵

O Presidente Jacob Zuma proferiu o seguinte discurso na VI Cúpula dos BRICS⁷⁶:

⁷² MIELNICZUK, Fabiano. **Brics in the Contemporary World**: changing identities, converging interests. In: *Third World Quarterly*. vol. 34. 6. ed. 2013. p. 1085. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01436597.2013.802506>> Acesso em: 04 abr. 2015. (tradução livre)

⁷³ *Ibidem*.

⁷⁴ O sistema Bretton Woods estabelece as normas para as relações comerciais e financeiras entre os países no sistema capitalista.

⁷⁵ *Ibidem*, p. 1086.

⁷⁶ Discurso feito pelo **Presidente Jacob Zuma** na VI Cúpula dos BRICS, em 2014, no Brasil. Disponível em: <<http://www.dirco.gov.za/docs/speeches/2014/jzum0715.html>>. (tradução livre)

Nós, os líderes dos BRICS, estamos hoje em um momento histórico tão importante que não se via desde a era das instituições do pós-Bretton Woods, com a criação de uma nova e única iniciativa financiamento.

Os acordos que foram assinados hoje marcam o reforço das nossas obrigações de cooperação nos âmbitos econômicos e financeiros, que produzirão resultados tangíveis e impacto na vida do nosso povo, à medida que continuamos a enfrentar os desafios da desigualdade, da pobreza e do desemprego.

Nós começamos esta jornada criando relações de cooperação estratégica assumindo conjuntamente projetos concretos com resultados que terão um impacto positivo em nosso crescimento e desenvolvimento.

Eu não tenho dúvida de que o nosso continente também acolherá estes desenvolvimentos e os abraçará totalmente.

Entre os quatro principais acordos assinados hoje, [o mais importante] é o acordo que estabelece o nosso banco, o Novo Banco de Desenvolvimento. Também concordamos que todos os membros do BRICS terão igual equidade em seu lançamento. (...)

O tema desta Cúpula, “Desenvolvimento Inclusivo: Soluções Sustentáveis”, encontra ressonância na visão do nosso país sobre o Plano de Desenvolvimento Nacional (2030), que é baseado em nosso entendimento compartilhado de que a nossa economia precisa de ser mais inclusiva, mais dinâmica, com os frutos do crescimento partilhados equitativamente.

A África do Sul assumiu ser um Estado em desenvolvimento que tem o desafio de erradicar a pobreza e o subdesenvolvimento, desafio este que é compartilhado com o resto do continente africano, do qual ela faz parte⁷⁷.

Além disto, fez parcerias inovadoras com o Brasil e a Índia no Fórum de Diálogo do IBAS e teve importante atuação no G77, na União Africana e na Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD).

Como visto, os discursos do Brasil, Rússia e África do Sul tiveram mudanças durante os anos 90 e foram consolidados nos anos 2000.

No início dos anos 90, a posição destes países tinha uma natureza mais liberal, sendo a globalização vista pelo Brasil como uma oportunidade. Após, com as acusações de protecionismo e as práticas excludentes, as políticas externas se voltaram para a multipolaridade e desenvolvimento.

⁷⁷ MIELNICZUK, Fabiano. **Brics in the Contemporary World**: changing identities, converging interests. In: *Third World Quarterly*. vol. 34. 6. ed. 2013. p. 1086. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01436597.2013.802506>> Acesso em: 04 abr. 2015. (tradução livre)

Nos anos 2000, Brasil, Rússia e África do Sul se identificaram e se alinharam com o discurso desenvolvimentista e multipolar da China e da Índia, o que criou condições para a emergência destes países e a posterior criação dos BRICS.

A estratégia dos países dos BRICS tem cunho desenvolvimentista e multipolar, reafirmando os princípios basilares do modelo de diplomacia asiático (os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica e os postulados de Bandung).

Atualmente, está bem claro que o grupo defende a não-intervenção, o respeito à soberania dos Estados, a cooperação Sul-Sul, a transferência de tecnologia para o desenvolvimento dos países, a reforma do Conselho de Segurança da ONU, a reestrutura das instituições econômicas internacionais, a erradicação da pobreza, o respeito pelo direito internacional, a multipolaridade, o combate ao mundo unipolar, a coexistência pacífica de diversas culturas, sistemas políticos e econômicos, dentre outros temas sociais.

Diante do exposto, verifica-se que são estes os pontos retomados pelos membros dos BRICS em seus respectivos discursos. O alinhamento da política externa dos Estados integrantes dos BRICS demonstra ser uma grande estratégia destes países em desenvolvimento para reafirmar os postulados de forma atualizada⁷⁸, visando ao estabelecimento da multipolaridade.

A ascensão destes novos atores internacionais fez com que a ordem política mundial fosse contestada; no entanto, resta aguardar para ver se a atuação dos BRICS trará as condições necessárias para o mundo multipolar⁷⁹.

⁷⁸ Que, evidentemente, também reforçam os princípios da Paz de Westfalia (1648), consagrando o Estado como ator no sistema internacional.

VISENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. **O Dragão Chinês e o Elefante Indiano**. 1ª ed. Leitura XXI: Porto Alegre, 2011. p. 46.

⁷⁹ COOPER, Andre F.; FLEMES, Daniel. **Foreign Policy Strategies of Emerging Powers in a Multipolar World: an introductory review**. p. 958. In: *Third World Quarterly*. Vol. 34. Ed. 6. 2013. Disponível em <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01436597.2013.802501?journalCode=ctwq20>>. Acesso em: 04 abr. 2015.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, verifica-se que o modelo diplomático asiático tem fortes influências do Sistema Hierárquico, dos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica e dos postulados da Conferência de Bandung, sendo utilizado, contemporaneamente, de forma atualizada pelos países periféricos.

Especialmente neste ano, 2015, em que se comemoram os 60 anos da Conferência de Bandung, é importante lembrar que deve haver coexistência pacífica entre a globalização e o legado da História, materializado pela diversidade de culturas, línguas e nações, até mesmo porque são as experiências históricas de um país que criam as características do povo.

O aniversário da Conferência de Bandung não diz respeito somente a um evento simbólico, mas tem um profundo significado aos países periféricos: é a celebração da ruptura de um sistema vigente daquele momento, que era discriminatório, desigual e que não atendia às vontades dos Estados marginalizados, que culminou na criação de uma identidade de “Terceiro Mundo”, correspondente a uma terceira via de se posicionar politicamente em nível internacional, independente da bipolaridade marcada pela Guerra Fria.

O momento atual é de crise e de transição, mas, também, de renascimento das antigas civilizações e de formação de identidades novas. Rememorar o marco histórico de Bandung significa reflexão, reavaliação e reafirmação, por parte dos Estados em desenvolvimento, de suas posições e atuações no sistema, com a participação destes países de forma mais ativa na construção de uma nova ordem global.

Ainda, constata-se que, apesar das mudanças mundiais, existem estratégias que permanecem no tempo e que se adaptam às circunstâncias. Esta permanência ocorre porque as necessidades são, praticamente, as mesmas. Os Estados postos à margem do sistema internacional continuam querendo participar das deliberações políticas. Há uma enorme desigualdade de poder entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. O que antes era um confronto de poderes Ocidente-Oriente, agora, é considerado um conflito Norte-Sul. Assim, enquanto persistirem estas disparidades, com tratamento diferenciado aos países desenvolvidos nos diversos

foros de negociações internacionais, a busca pela igualdade material será um dos principais objetivos dos países da periferia mundial, sendo que, para tanto, as estratégias de tempos atrás serão reafirmadas e adaptadas à nova realidade.

Da mesma forma, a busca por uma nova ordem econômica continua sendo tema precípua para os países periféricos. O direito ao desenvolvimento sustentável é bandeira levantada por todos os países do Sul Global, que visam à redução do protecionismo e à igualdade de oportunidades.

Atualmente, é possível se afirmar que o grupo dos BRICS é o porta-voz dos países periféricos. Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul representam os países do Sul Global nos diversos foros mundiais, defendendo os interesses destes Estados. Recorrentemente, tem-se utilizado, nos discursos dos BRICS, tópicos do modelo de diplomacia asiático, como a não-intervenção, a necessidade de cooperação entre os países do Sul para o desenvolvimento econômico e social, além do respeito à multiplicidade de culturas. As nações e suas diversidades devem ter voz ativa nas deliberações políticas internacionais, mesmo que seja através de representantes de outros Estados, como os BRICS.

Verifica-se que o alinhamento estratégico dos BRICS foi importante para levantar discussões sobre uma nova ordem mundial multipolar. Os discursos proferidos pelos membros deste grupo reafirmam os postulados e dão prosseguimento ao espírito de Bandung. Os temas para os quais os BRICS chamam atenção - como distribuição de poder e de riquezas e maior participação dos países escanteados do sistema na política internacional - devem ser sustentados, a fim de que sejam reduzidas as desigualdades sociais, econômicas e políticas, oportunizando aos povos garantias mínimas de sobrevivência e de crescimento.

Quanto ao desenvolvimento sustentável das nações periféricas, pode-se dizer que, na atualidade, a Cooperação Sul-Sul é um dos mais importantes resultados da Conferência de Bandung, pois, através desta, os países podem se ajudar mutuamente em diversas áreas, como tecnologia e ciência, trazendo benefícios e desenvolvimento a todos os envolvidos, fortalecendo a atuação dos países periféricos em âmbito internacional.

No mais, no que toca à ordem internacional, o sistema bipolar desapareceu com o fim da União Soviética, em 1991, sendo que, desde a Conferência de

Bandung, já existia a visão da terceira via. Já a unipolaridade estadunidense é contestável⁸⁰, não sendo possível se afirmar se os Estados Unidos perderam o poder ou se este foi somente desgastado. Em que pesem as diversas tentativas deste país para garantir sua superioridade, os países - principalmente, os periféricos - acabam reagindo às condutas tendentes à hegemonia dos Estados Unidos.

Assim, há indícios de que a ordem internacional está se direcionando para a multipolaridade. A rápida transformação mundial, causada pela globalização e a crise de 2008, balançou o sistema mundial, fazendo com que este fosse repensado. Como resultado, muitos países em desenvolvimento têm adotado a mesma estratégia, à exemplo do alinhamento dos BRICS. Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul demonstram a posição dos países periféricos de que o novo mundo deve ser multipolar.

Observa-se, ainda, que a coexistência pacífica de diferentes culturas, economias e sistemas políticos-ideológicos é um dos objetivos atuais dos países em desenvolvimento. Isto porque a reafirmação do respeito entre todos Estados soberanos, bem como dos direitos humanos e dos princípios da Carta da Organização das Nações Unidas, se mostra necessária, uma vez que, frequentemente, estes valores parecem ser deixados de lado para se atender somente aos interesses dos grandes polos de poder.

Defender a posição do Terceiro Mundo⁸¹ não se trata de vitimização dos países pobres, como muitos podem pensar. Muito pelo contrário: diz respeito ao poder que estes países têm para, efetivamente, alterar a correlação de forças e transformar o mundo, de forma democrática e não-intervencionista, respeitando-se a diversidade de sistemas e ideologias, com o objetivo de diminuir as desigualdades sociais e erradicar as mazelas dos países que foram, sistematicamente, explorados quando colonizados.

No entanto, estas mudanças visadas somente poderão ser conquistadas por meio do desenvolvimento dos Estados periféricos. Problemas como a grande interferência dos poderes econômicos na política do país, o baixo nível de conhecimento e de conscientização política da maior parte da população, o desvio

⁸⁰ Aparentemente, os Estados Unidos não têm conseguido respaldo político suficientemente forte para reafirmar sua hegemonia, pois há alguma dificuldade em articular os poderes econômico, político, científico-tecnológico e cultural-ideológico.

⁸¹ Terceiro Mundo, ou países em desenvolvimento, ou Sul Global, ou o termo que sobrevier.

de finalidade das instituições estatais, a corrupção, a demagogia, dentre outros, são óbices à construção da democracia real. Para se alcançar a democracia e superar os problemas dos países periféricos, não basta apenas a preservação formal das instituições democráticas precárias existentes; é necessário, fundamentalmente, o desenvolvimento econômico destes Estados. Ou seja, a democracia real somente poderá ser exercida através do desenvolvimento dos países periféricos para, então, conseguir-se o mundo mais justo buscado por estas nações.

Além disto, cabe ponderar que o fenômeno da globalização transformou o mundo através da expansão do desenvolvimento capitalista, o que gerou alguma inclusão social, mas que também trouxe algumas questões que serão decisivas para os próximos anos, que talvez os princípios do modelo asiático ajudem a resolver. São questões de democracia real e correlação de poderes (quem vai tomar as decisões nos foros internacionais), meio ambiente (fontes energéticas e hiperconsumo), mercado de trabalho (geração de empregos), problemas sociais (correção de desigualdades), migrações e culturas (combate à xenofobia, diversidade cultural e coexistência pacífica), entre outras.

Ante o exposto, nota-se que a rerepresentação dos princípios referidos nesta pesquisa serve como um redirecionamento da ordem mundial, favorecendo a todos os Estados ao pregar a coexistência pacífica, sendo uma inteligente estratégia para proteger os interesses dos países do Sul, especialmente, quando há tentativa de intervenção abusiva por parte do Norte.

Acredita-se que o mundo pode estar se encaminhando para a multipolaridade, servindo o atual modelo de diplomacia asiático como um guia para todos os países em desenvolvimento, exercendo influência na estratégia destes países, principalmente dos BRICS, para a consolidação de um sistema internacional multipolar, democrático e mais justo.

REFERÊNCIAS

BISSIO, Beatriz. **A Conferência de Bandung e sua atualidade: do Anticolonialismo à Cooperação Sul-Sul**. Porto Alegre, 2015. *Slides* apresentados no “Painel 1: A Conferência de Bandung e a formação do Terceiro Mundo”, durante o seminário “A Conferência de Bandung e sua atualidade: do Anticolonialismo à Cooperação Sul-Sul”, realizado pelo Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT), Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA) e Curso de Especialização em Estratégia e Relações Internacionais Contemporâneas. Apoio: Instituto Confúcio-UFRGS e ISAPE, em 2 jun. 2015.

CONFERÊNCIA DE BANDUNG. **Final Communiqué of the Asian-African conference of Bandung**. 24 abr. 1955. Disponível em: <www.CVCE.eu>. Acesso em: 10 mai. 2015.

COOPER, Andre F.; FLEMES, Daniel. **Foreign Policy Strategies of Emerging Powers in a Multipolar World: an introductory review**. In: *Third World Quarterly*. Vol. 34. 6. ed. 2013. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01436597.2013.802501?journalCode=ctwq20>>. Acesso em: 04 abr 2015.

ESTEVES, P.; ABREU, A.; FONSECA, J.; NIV, A.; ASSUNÇÃO, M.; URIAS, F. A cooperação para o desenvolvimento, os BRICS e a política externa brasileira. In: JACOB, O. (ed.) **Economia, parlamentos, desenvolvimento e migrações: as novas dinâmicas bilaterais entre Brasil e Europa**. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2012.

GILPIN, Robert. **Global political economy: understanding the international economic order**. New Jersey: Princeton University Press, 2001.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Desafios e dilemas dos grandes países periféricos: Brasil e Índia**. IN *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 41, nº 1, Brasília, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291998000100006>. Acesso em: 05.jul.2015.

IKENBERRY, G John; MASTANDUNO, Michael (Org.). **International Relations Theory and the Asia-Pacific**. Nova Iorque: Columbia University Press, 2003. 452p.

KANG, David C. **China Rising: Peace, Power, and Order in East Asia**. Nova Iorque: Columbia University Press, 2007.

_____. Hierarchy and Stability in Asian International Relations. In: IKENBERRY, G John; MASTANDUNO, Michael (Org.). **International Relations Theory and the Asia-Pacific**. Nova Iorque: Columbia University Press, 2003.

KOCHER, Bernardo. **De Bandung a Bagdá: cinquenta anos de história e economia política do terceiro mundo**. In: *Anais Eletrônicos do XI Encontro Regional de História*. Rio de Janeiro, ANPUH-RJ, 2004. Disponível em: <http://www.rj.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=305>. Acesso em: 01 jun. 2015.

MIELNICZUK, Fabiano. **Brics in the contemporary world: changing identities, converging interests.** In: *Third World Quarterly*. vol. 34. 6. ed. 2013. p. 1075-1090. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01436597.2013.802506>> Acesso em: 04 abr. 2015.

MOREIRA JUNIOR, Hermes. Os BRICS e a recomposição da ordem global: estratégias de inserção internacional das potências emergentes. **Revista Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 3, n. 9-10, dez. 2011 – mar. 2012.

NOGUEIRA, João Pontes. Os BRICS e as mudanças na ordem internacional. In: **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. Brasília, FUNAG, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas e Estatuto da Corte Internacional de Justiça**. 1945. Disponível em: <http://unicrio.org.br/img/CartadaONU_VersolInternet.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2015.

PANT, Harsh V. The BRICS Fallacy. **The Washington Quarterly**, v. 36, n. 3, p.91-105, ago. 2013. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/0163660X.2013.825552#.VyblzflViko>>. Acesso em: 04 abr. 2015

PEREIRA, Analúcia Danilevicz; VISENTINI, Paulo Fagundes. **Manual do candidato: História Mundial Contemporânea (1776-1991): da Independência dos Estados Unidos ao colapso da União Soviética**. 3ª ed. FUNAG: Brasília, 2012. 283p.

PINTO, Paulo Antônio Pereira. **O “jeito” asiático face à globalização**. In *Meridiano 47*, nº 2, 2000. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/4763/3996>>. Acesso em: 7 jun. 2015.

PIRES, Fabiana; BALIEIRO, Sílvia. O mundo depois da crise de 2008. **Época Negócios**. [s.i], p. 1-2. 25 set. 2013. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Visao/noticia/2013/09/o-mundo-depois-da-crise-de-2008.html>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL. Biblioteca Central Ir. José Otão. **Modelo para apresentação de trabalhos acadêmicos, teses e dissertações elaborado pela Biblioteca Central Irmão José Otão**. 2011. Disponível em: <www.pucrs.br/biblioteca/trabalhosacademicos>. Acesso em: 08 abr. 2015.

RAJAGOPAL, Balakrishnan. International Law and Its Discontents: Rethinking the Global South. **106th American Society of International Law Proceedings**. p. 176-181. mar. 2012. Disponível em: <<http://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein.journals/asilp106&id=54&id=&page;=>>>. Acesso em: 04 abr. 15.

SARAIVA, José Flávio S. (Org.). **História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização**. 2. ed. São Paulo: Editora Saraiva/IBRI, 2007.

SMALE, Alison; SHEAR, Michael D.. Russia Is Ousted From Group of 8 by U.S. and Allies. **New York Times**. Nova Iorque, 24 mar. 2014. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2014/03/25/world/europe/obama-russia-crimea.html?_r=0>. Acesso em: 21 jun. 2015.

SOUZA, Arlindo José Reis de. **O orientalismo no (luso) trópico americano: perspectivas brasileiras sobre a Conferência de Bandung**. 2011. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1528.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2015.

VISENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. Diplomacia e Desenvolvimento da Ásia: Fundamentos para as Parcerias Estratégicas. In: OLIVEIRA, Henrique Altemani de (Org.); LESSA, Antônio Carlos (Org.). **Parcerias estratégicas do Brasil: a dimensão multilateral e as parcerias emergentes**. 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013, v. II, Cap. 7, p. 181-213.

_____. A dimensão político-estratégica dos BRICS: entre a panaceia e o ceticismo. In: **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. Brasília: FUNAG, 2012.

_____. **As relações diplomáticas da Ásia: articulações regionais e afirmação mundial (uma perspectiva brasileira)**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

_____. **O dragão chinês e o elefante indiano**. 1. ed. Leitura XXI: Porto Alegre, 2011.

ANEXO A – Final Communiqué of the Asian-African conference of Bandung (24 April 1955)⁸²

The Asian-African Conference, convened upon the invitation of the Prime Ministers of Burma, Ceylon, India, Indonesia and Pakistan, met in Bandung from the 18th to the 24th April, 1955. In addition to the sponsoring countries the following 24 countries participated in the Conference:

- | | |
|-------------------------------|-------------------------------------|
| 1. Afghanistan | 13. Liberia |
| 2. Cambodia | 14. Libya |
| 3. People's Republic of China | 15. Nepal |
| 4. Egypt | 16. Philippines |
| 5. Ethiopia | 17. Saudi Arabia |
| 6. Gold Coast | 18. Sudan |
| 7. Iran | 19. Syria |
| 8. Iraq | 20. Thailand |
| 9. Japan | 21. Turkey |
| 10. Jordan | 22. Democratic Republic of Viet-Nam |
| 11. Laos | 23. State of Viet-Nam |
| 12. Lebanon | 24. Yemen |

The Asian-African Conference considered problems of common interest and concern to countries of Asia and Africa and discussed ways and means by which their people could achieve fuller economic, cultural and political co-operation.

A. Economic co-operation.

1. The Asian-African Conference recognised the urgency of promoting economic development in the Asian-African region. There was general desire for economic co-operation among the participating countries on the basis of mutual interest and respect for national sovereignty. The proposals with regard to economic cooperation within the participating countries do not preclude either the desirability or the need for cooperation

with countries outside the region, including the investment of foreign capital. It was further recognised that the assistance being received by certain participating countries from outside the region, through international or under bilateral arrangements, had made a valuable contribution to the implementation of their development programmes.

2. The participating countries agreed to provide technical assistance to one another, to the maximum extent practicable, in the form of: experts, trainees, pilot projects and equipment for demonstration purposes; exchange of know-how and establishment of national, and where possible, regional training and research institutes for imparting technical knowledge and skills in co-operation with the existing international agencies.

3. The Asian-African Conference recommended: the early establishment of the Special United Nations Fund for Economic Development; the allocation by the International Bank for Reconstruction and Development of a greater part of its resources to Asian-African countries; the early establishment of the International Finance Corporation which should include in its activities the undertaking of equity investment; and encouragement to the promotion of joint ventures among Asian-African countries in so far as this will promote their common interest.

4. The Asian-African Conference recognised the vital need for stabilizing commodity trade in the region. The principle of enlarging the scope of multilateral trade and payments was accepted. However, it was recognised that some countries would have to take recourse to bilateral trade arrangements in view of their prevailing economic conditions.

5. The Asian-African Conference recommended that collective action be taken by participating countries for stabilizing the international prices of and demand for primary commodities through bilateral and multilateral arrangements and that as far as practicable and desirable they should adopt a unified approach on the subject in the United Nations Permanent Advisory Commission on International Commodity Trade and other international forums.

⁸² Disponível em: <http://www.cvce.eu/obj/final_communique_of_the_asian_african_conference_of_bandung_24_april_1955-en-676237bd-72f7-471f-949a-88b6ae513585.html>. Acesso em: 04 abr. 2015.

6. The Asian-African Conference further recommended that: Asian-African countries should diversify their export trade by processing their raw material, wherever economically feasible, before export; intra-regional trade fairs should be promoted and encouragement given to the exchange of trade delegations and groups of businessmen; exchange of information and of samples should be encouraged with a view to promoting intraregional trade; and normal facilities should be provided for transit trade of land-locked countries.

7. The Asian-African Conference attached considerable importance to Shipping and expressed concern that shipping lines reviewed from time to time their freight rates, often to the detriment of participating countries. It recommended a study of this problem, and collective action thereafter, to induce the shipping lines to adopt a more reasonable attitude. It was suggested that a study of railway freight of transit trade may be made.

8. The Asian-African Conference agreed that encouragement should be given to the establishment of national and regional banks and insurance companies.

9. The Asian-African Conference felt that exchange of information on matters relating to oil, such as remittance of profits and taxation, might eventually lead to the formulation of common policies.

10. The Asian-African Conference emphasized the particular significance of the development of nuclear energy for peaceful purposes, for the Asian-African countries. The Conference welcomed the initiative of the Powers principally concerned in offering to make available information regarding the use of atomic energy for peaceful purposes; urged the speedy establishment of the International Atomic Energy Agency which should provide for adequate representation of the Asian-African countries on the executive authority of the Agency; and recommended to the Asian and African Governments to take full advantage of the training and other facilities in the peaceful uses of atomic energy offered by the countries sponsoring such programmes.

11. The Asian-African Conference agreed to the appointment of Liaison Officers in participating countries, to be nominated by their respective national Governments, for the exchange of information and ideas on matters of mutual interest. It recommended that fuller use should be made of the existing international organisations, and participating countries who were not members of such international organisations, but were eligible, should secure membership.

12. The Asian-African Conference recommended that there should be prior consultation of participating countries in international forums with a view, as far as possible, to furthering their mutual economic interest. It is, however, not intended to form a regional bloc.

B. Cultural co-operation.

1. The Asian-African Conference was convinced that among the most powerful means of promoting understanding among nations is the development of cultural co-operation. Asia and Africa have been the cradle of great religions and civilisations which have enriched other cultures and civilisations while themselves being enriched in the process. Thus the cultures of Asia and Africa are based on spiritual and universal foundations. Unfortunately contacts among Asian and African countries were interrupted during the past centuries. The peoples of Asia and Africa are now animated by a keen and sincere desire to renew their old cultural contacts and develop new ones in the context of the modern world. All participating Governments at the Conference reiterated their determination to work for closer cultural co-operation.

2. The Asian-African Conference took note of the fact that the existence of colonialism in many parts of Asia and Africa, in whatever form it may be, not only prevents cultural co-operation but also suppresses the national cultures of the people. Some colonial powers have denied to their dependent peoples basic rights in the sphere of education and culture which hampers the development of their personality and also prevents cultural intercourse with other Asian and African peoples. This is particularly true in the case of Tunisia, Algeria and Morocco, where the basic right of the people to study their own language and culture has been suppressed. Similar discrimination has been practised against African and coloured people in some parts of the Continent of Africa. The Conference felt that these policies amount to a denial of the fundamental rights of man, impede cultural advancement in this region and also hamper cultural co-operation on the wider international plane. The Conference condemned such a denial of fundamental rights in the sphere of education and culture in some parts of Asia and Africa by this and other forms of cultural suppression. In particular, the Conference condemned racialism as a means of cultural suppression.

3. It was not from any sense of exclusiveness or rivalry with other groups of nations and other civilizations and cultures that the Conference viewed the development of cultural co-operation among Asian and African countries. True to the age-old tradition of tolerance and universality, the Conference believed that Asian and African cultural co-operation should be developed in the larger context of world co-operation. Side by side with the development of Asian-African cultural co-operation the

countries of Asia and Africa desire to develop cultural contacts with others. This would enrich their own culture and would also help in the promotion of world peace and understanding.

4. There are many countries in Asia and Africa which have not yet been able to develop their educational, scientific and technical institutions. The Conference recommended that countries in Asia and Africa which are more fortunately placed in this respect should give facilities for the admission of students and trainees from such countries to their institutions. Such facilities should also be made available to the Asian and African people in Africa to whom opportunities for acquiring higher education are at present denied.

5. The Asian-African Conference felt that the promotion of cultural co-operation among countries of Asia and Africa should be directed towards:

- (I) the acquisition of knowledge of each other's country;
- (II) mutual cultural exchange, and
- (III) exchange of information.

6. The Asian-African Conference was of the opinion that at this stage the best results in cultural co-operation would be achieved by pursuing bilateral arrangements to implement its recommendations and by each country taking action on its own, wherever possible and feasible.

C. Human rights and self-determination.

1. The Asian-African Conference declared its full support of the fundamental principles of Human Rights as set forth in the Charter of the United Nations and took note of the Universal Declaration of Human Rights as a common standard of achievement for all peoples and all nations. The Conference declared its full support of the principle of self-determination of peoples and nations as set forth in the Charter of the United Nations and took note of the United Nations resolutions on the rights of peoples and nations to self-determination, which is a pre-requisite of the full enjoyment of all fundamental Human Rights.

2. The Asian-African Conference deplored the policies and practices of racial segregation and discrimination which form the basis of government and human relations in large regions of Africa and in other parts of the world. Such conduct is not only a gross violation of human rights, but also a denial of the dignity of man. The Conference extended its warm sympathy and support for the courageous stand taken by the victims of racial discrimination, especially by the peoples of African and Indian and Pakistani origin in South Africa; applauded all those who sustain their cause; re-affirmed the determination of Asian-African peoples to eradicate every trace of racialism that might exist in their own countries; and pledged to use its full moral influence to guard against the danger of falling victims to the same evil in their struggle to eradicate it.

D. Problems of dependent peoples.

1. The Asian-African Conference discussed the problems of dependent peoples and colonialism and the evils arising from the subjection of peoples to alien subjugation, domination and exploitation.

The Conference is agreed:

- (a) in declaring that colonialism in all its manifestations is an evil which should speedily be brought to an end;
- (b) in affirming that the subjection of peoples to alien subjugation, domination and exploitation constitutes a denial of fundamental human rights, is contrary to the Charter of the United Nations and is an impediment to the promotion of world peace and co-operation;
- (c) in declaring its support of the cause of freedom and independence for all such peoples, and
- (d) in calling upon the powers concerned to grant freedom and independence to such peoples.

2. In view of the unsettled situation in North Africa and of the persisting denial to the peoples of North Africa of their right to self-determination, the Asian-African Conference declared its support of the rights of the people of Algeria, Morocco and Tunisia to self-determination and independence and urged the French Government to bring about a peaceful settlement of the issue without delay.

E. Other problems.

1. In view of the existing tension in the Middle East, caused by the situation in Palestine and of the danger of that tension to world peace, the Asian-African Conference declared its support of the rights of the Arab people of Palestine and called for the implementation of the United Nations Resolutions on Palestine and the achievement of the peaceful settlement of the Palestine question.

2. The Asian-African Conference, in the context of its expressed attitude on the abolition of colonialism, supported the position of Indonesia in the case of West Irian based on the relevant agreements between Indonesia and the Netherlands.

The Asian-African Conference urged the Netherlands Government to reopen negotiations as soon as possible, to implement their obligations under the above-mentioned agreements and expressed the earnest hope that the United Nations would assist the parties concerned in finding a peaceful solution to the dispute.

3. The Asian-African Conference supported the position of Yemen in the case of Aden and the Southern parts of Yemen known as the Protectorates and urged the parties concerned to arrive at a peaceful settlement of the dispute.

F. Promotion of world peace and co-operation.

1. The Asian-African Conference, taking note of the fact that several States have still not been admitted to the United Nations, considered that for effective co-operation for world peace membership in the United Nations should be universal, called on the Security Council to support the admission of all those States which are qualified for membership in terms of the Charter. In the opinion of the Asian-African Conference, the following among participating countries, viz.: Cambodia, Ceylon, Japan, Jordan, Libya, Nepal, a unified Vietnam were so qualified. The Conference considered that the representation of the countries of the Asian-African region on the Security Council, in relation to the principle of equitable geographical distribution, was inadequate. It expressed the view that as regards the distribution of the non-permanent seats, the Asian-African countries which, under the arrangement arrived at in London in 1946, are precluded from being elected, should be enabled to serve on the Security Council, so that they might make a more effective contribution to the maintenance of international peace and security.

2. The Asian-African Conference having considered the dangerous situation of international tension existing and the risks confronting the whole human race from the outbreak of global war in which the destructive power of all types of armaments, including nuclear and thermo-nuclear weapons, would be employed, invited the attention of all nations to the terrible consequences that would follow if such a war were to break out.

The Conference considered that disarmament and the prohibition of the production, experimentation and use of nuclear and thermo-nuclear weapons of war are imperative to save mankind and civilisation from the fear and prospect of wholesale destruction. It considered that the nations of Asia and Africa assembled here have a duty towards humanity and civilisation to proclaim their support for disarmament and for the prohibition of these weapons and to appeal to nations principally concerned and to world opinion, to bring about such disarmament and prohibition.

The Conference considered that effective international control should be established and maintained to implement such disarmament and prohibition and that speedy and determined efforts should be made to this end.

Pending the total prohibition of the manufacture of nuclear and thermo-nuclear weapons, this Conference appealed to all the powers concerned to reach agreement to suspend experiments with such weapons.

The Conference declared that universal disarmament is an absolute necessity for the preservation of peace and requested the United Nations to continue its efforts and appealed to all concerned speedily to bring about the regulation, limitation, control and reduction of all armed forces and armaments, including the prohibition of the production, experimentation and use of all weapons of mass destruction, and to establish effective international control to this end.

G. Declaration on the promotion of world peace and co-operation.

The Asian-African Conference gave anxious thought to the question of world peace and co-operation. It viewed with deep concern the present state of international tension with its danger of an atomic world war. The problem of peace is correlative with the problem of international security. In this connection, all States should co-operate, especially through the United Nations, in bringing about the reduction of armaments and the elimination of nuclear weapons under effective international control. In this way, international peace can be promoted and nuclear energy may be used exclusively for peaceful purposes. This would help answer the needs particularly of Asia and Africa, for what they urgently require are social progress and better standards of life in larger freedom. Freedom and peace are interdependent. The right of self-determination must be enjoyed by all peoples, and freedom and independence must be granted, with the least possible delay, to those who are still dependent peoples. Indeed, all nations should have the right freely to choose their own political and economic systems and their own way of life, in conformity with the purposes and principles of the Charter of the United Nations.

Free from mistrust and fear, and with confidence and goodwill towards each other, nations should practice tolerance and live together in peace with one another as good neighbours and develop friendly co-operation on the basis of the following principles:

1. Respect for fundamental human rights and for the purposes and principles of the Charter of the United Nations.
2. Respect for the sovereignty and territorial integrity of all nations.
3. Recognition of the equality of all races and of the equality of all nations large and small.
4. Abstention from intervention or interference in the internal affairs of another country.
5. Respect for the right of each nation to defend itself singly or collectively, in conformity with the Charter of the United Nations.
6. (a) Abstention from the use of arrangements of collective defence to serve the particular interests of any of the big powers.
(b) Abstention by any country from exerting pressures on other countries.
7. Refraining from acts or threats of aggression or the use of force against the territorial integrity or political independence of any country.
8. Settlement of all international disputes by peaceful means, such as negotiation, conciliation, arbitration or judicial settlement as well as other peaceful means of the parties' own choice, in conformity with the Charter of the United Nations.
9. Promotion of mutual interests and co-operation.
10. Respect for justice and international obligations.

The Asian and African Conference declares its conviction that friendly co-operation in accordance with these principles would effectively contribute to the maintenance and promotion of international peace and security, while co-operation in the economic, social and cultural fields would help bring about the common prosperity and well-being of all.

The Asian-African Conference recommended that the Five Sponsoring Countries consider the convening of the next meeting of the Conference, in consultation with the participating countries.

Bandung, 24 April, 1955.

ANEXO B – Quadro comparativo

Quadro comparativo entre as principais características do Sistema Hierárquico, dos propósitos e princípios da Carta da ONU, dos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica, dos Postulados de Bandung e o Modelo Asiático atual.

Sistema hierárquico da Ásia (1300-1900)	Propósitos e princípios da Carta da ONU (1945)	Cinco princípios da coexistência pacífica (1954)	Postulados de Bandung (1955)	Modelo asiático (atual)
Hierarquia formal (respeito à autoridade). As nações periféricas não se contrapõem ao poder central enquanto houver legitimidade (maior estabilidade em tempos bons e ruptura hierárquica em tempos de crise).	-	-	-	A lei e a ordem são oferecidas em troca de respeito à autoridade (contrato social entre a população e o Estado). A legitimidade dos dirigentes políticos tem como base a eficácia do governo.
Igualdade (informal).	Igualdade de todos os membros.	-	-	-
Pouca intervenção do poder central nos assuntos internos de outra nação.	Não intervenção em assuntos internos de um país por parte de outro.	Não intervenção em assuntos internos de um país por parte de outro.	Não intervenção em assuntos internos de um país por parte de outro.	Não intervenção em assuntos internos de um país por parte de outro.
Respeito à soberania de outra nação.	-	Respeito mútuo da soberania e integridade territorial de todas as nações.	Respeito à soberania e integridade territorial de todas as nações.	Respeito à soberania e integridade territorial de todas as nações.
Permitida a agressão a outra nação, quando necessário.	Não agressão entre Estados. Coerção por meios pacíficos.	Não agressão entre Estados.	Não agressão entre Estados ou independência política de alguma nação.	-
-	Resolução de controvérsias por meios pacíficos.	-	Resolução de controvérsias por meios pacíficos e direito a se defender.	Resolução de controvérsias por meios pacíficos e direito a se defender.
Permitido o uso da força, quando necessário.	Evitar ameaça e uso da força contra a integridade territorial de outro Estado.	-	Abstenção de uso da força e pressão sobre outro Estado.	-
Manutenção da estabilidade regional.	Manutenção da paz e da segurança internacional (imposta, inclusive, para	-	-	Direito a se defender.

	Estado que não seja membro da ONU).			
Cooperação aos países submissos com o envio de tropas.	Cooperação internacional, assistência às Nações Unidas pelos Estados, cumprimento das obrigações assumidas pelos Estados-Membros.	Cooperação mútua (igualdade e benefícios recíprocos).	Cooperação entre os países do Terceiro Mundo, promoção aos interesses mútuos, ao respeito à justiça e às obrigações internacionais. Abstenção do uso de pactos de defesa coletiva a serviço de interesses particulares de quaisquer das grandes potências.	Cooperação (principalmente entre os países do Sul), promoção aos interesses mútuos, ao respeito à justiça e às obrigações internacionais.
-	Respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de etnia, sexo, língua ou religião. Reconhecimento da igualdade de direitos e de autodeterminação dos povos.	Coexistência pacífica entre Estados com sistemas sociais, ideológicos e culturais diferentes.	Respeito aos direitos humanos fundamentais e aos objetivos e princípios da Carta das Nações Unidas. Reconhecimento da igualdade de todas as etnias e de todas as nações, grandes e pequenas.	Os direitos humanos são considerados universais e abrangentes, abarcando aspectos econômicos, sociais, culturais, civis e políticos, de forma indivisível. Respeito às diferenças. Rejeição do excesso de individualismo, em favor da coletividade.

Fonte: DREHER (2015)